



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES

Município: TRÊS CORAÇÕES/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	35
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	35
VIII - CONCLUSÃO	35
IX - FOLHA DE ASSINATURA	37
X - ANEXOS	38





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: HOSPITAL SAO SEBASTIAO

CPF/CNPJ: 18.632.315/0001-17

Município/UF: TRÊS CORAÇÕES-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES

CPF/CNPJ: 13.759.512/0001-88

Município/UF: TRÊS CORAÇÕES/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: março de 2020 a dezembro 2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	21/03/2022	06/05/2022
Execução - In loco	09/05/2022	13/05/2022
Relatório	16/05/2022	06/06/2022

Tarefa Nº: 139510

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1. Fator

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Desencadeante:

2. Objetivo e Escopo:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações tendo como unidade visitada o Hospital São Sebastião, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021.

3. Caracterização do Objeto de Auditoria:

Três Corações situa-se no sudeste do país, aproximadamente 287 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Região Ampliada de Saúde Sul. Segundo o Censo IBGE/2010 (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística), sua população estimada era de 80.561 pessoas [2021] (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/tres-coracoes.html>).

É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.683 de 09/03/2018. No período auditado, a SMS de Três Corações não adquiriu equipamentos destinados ao prestador na Fundação Hospitalar São Sebastião para o enfrentamento à COVID-19. A unidade hospitalar visitada no município de Três Corações é o Hospital São Sebastião - CNES 27606, CNPJ 18.632.315/0001-17, uma entidade sem fins lucrativos, sob gestão municipal.

Segundo o Plano de Contingência da Macrorregião, o HSS (Hospital São Sebastião) foi referendado para o município de Três Corações, por ter atendimento ao SUS.

O HSS recebeu pacientes para atendimento COVID-19 em seu pronto atendimento respiratório, e via SUSfácil (internações solicitadas pela própria entidade e por outros prestadores e ou municípios, para os leitos de UTI-SRAG e enfermaria).

No período de abrangência da análise geral (março/2020 a dezembro/2021) o Hospital São Sebastião (HSS) disponibilizou leitos para enfrentamento ao COVID-19.

O HSS foi contemplado com o incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções: N.º 7.160 de 17/07/2020 (leitos de UTI novos), N.º 7.396 de 09/02/2021 (leitos de UTI novos), N.º 7.482, de 20/04/2021, N.º 7.595 de 05/2021 (leitos UTI novos), N.º 7.683 de 27/08/2021. De acordo com as informações das Deliberações CIB-SUS, e conforme previsão do Plano de Contingência, o HSS dispôs inicialmente de 63 leitos COVID sendo 37 clínicos/enfermarias e leitos de UTI COVID Adulto (09 existentes e 16 novos - todos SUS). Após a Deliberação 3.205 14/08/20, manteve atendimento com 66 leitos COVID sendo: 46 leitos clínicos/enfermarias e 20 leitos de UTI Covid Adulto. A partir da Deliberação N.º 3.371 de 09/04/21 possuíam 68 leitos, sendo 46 de enfermaria e 22 de UTI Covid Adulto. À Partir da Deliberação N.º 3.435 de 11/06/21 até a Deliberação N.º 3.487 de 03/08/21, mantiveram 33 leitos para enfermaria e 20 para UTI. Em agosto de 2021, através da Deliberação N.º 3.494 de 13/08/21, reduziram os leitos de enfermaria para 10. Até dezembro de 2021, foram mantidos 10 leitos de enfermaria e 20 leitos de UTI COVID Adulto - Deliberação N.º 3.670 de 10/12/21.

A Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Fundação Hospitalar São Sebastião bem como não realizou compra de materiais, equipamentos e insumos para serem utilizados na mesma entidade.

IV - METODOLOGIA

Fase Analítica

- Consulta ao plano de contingência da Macro Sul/MG (Versão 2.0. Revisada e atualizada até 06/05/2020) e Deliberações CIB/SUS-MG.
- Consulta ao CNES (<http://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>, acessado em 11/03/2022) e legislações vigentes com relação ao COVID-19;
- Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas nível central e regional, relativas ao auditado e às ações de enfrentamento da COVID 19;
- Pesquisa no Portal da Transparência do Estado de MG; site da Receita Federal e site do IBGE.
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas relacionadas ao município de Três Corações para o enfrentamento da COVID 19, no período de março/2020 a dezembro/2021.
- Análise da relação de materiais, insumos e medicamentos e suas notas fiscais correspondentes, destinados às ações de enfrentamento da COVID-19 no período de março de 2020 a dezembro de 2021.
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para a Fundação Hospitalar São Sebastião <http://www.transparencia.mg.gov.br>, <https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/resolucoes>
- Analisada documentação fornecida pela SMS de Três Corações, conforme relação de documentos solicitados em ofício de comunicação de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



auditoria.

Fase Operativa

A fase operativa desta auditoria deu-se de forma híbrida, tendo a equipe de auditoras assistenciais in loco e as auditoras contábeis remotamente.

-Realizada reunião de abertura no dia 3 de maio de 2022 as 14:00 horas, pela plataforma Google meet, no seguinte link <https://meet.google.com/cox-mskw-tic>. Estiveram presentes os representantes da SMS o Sr. R.G.N secretário municipal de saúde, a Sra. J.C.C. diretora do departamento jurídico, o Sr. E.C.B. diretor do departamento de auditoria em saúde e T.M. chefe do gabinete, juntamente com G.N., R.C.R. da S., T.N.R.L e C.S.A.S. dos S. auditoras do Componente Estadual de Auditoria do SUS/MG. Iniciado os trabalhos com apresentação das equipes assistencial e contábil, informado o período de auditoria operativa, que ocorreu de forma híbrida, tendo a parte assistencial realizada no local e a parte contábil realizada remotamente.

-Visitado setor de regulação para solicitação de documentação complementar.

-Realizada oitiva para coleta do Termo de entrevista com o secretário municipal de saúde de Três Corações, Sr. R.G.N. no dia 12/5/2022 as 14 horas, pelas auditorias assistenciais, presencialmente.

-Realizado encerramento da fase operativa in loco, através dos termos de auditoria, no dia 12/05/2022.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648220

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: A SMS celebrou instrumentos jurídicos com a Fundação Hospitalar São Sebastião para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Federal e Estadual referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: A SMS de Três Corações celebrou instrumentos jurídicos com a Fundação Hospitalar São Sebastião para repasse de recursos financeiros recebidos referente ao enfrentamento da COVID-19 (Anexo 01 deste relatório), que estão formalizados conforme os critérios exigidos na legislação. O detalhamento deste texto está no Anexo 02 deste relatório. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo 2 do Anexo XXIV - art. 14, Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V, Portaria GM/MS nº 1.393/2020, art. 1º, 2º, 3º, 4º §1º, Portaria GM/MS nº 1.448/2020, art. 1º § 1º e 2º, anexo, Portaria GM/MS nº 1.516/2020, art. 1º, parágrafo único, anexo, Portaria GM/MS nº 1.666/2020 art. 1º e 3º, Portaria GM/MS Nº 2.420/2020, Art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 2.993/2020, art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 3.245/2020, art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 3.481/2020, art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 431/2021, art. 1º, 2º e 3º, Portaria GM/MS Nº 373/2021, art. 1º, 3º E 10º, Portaria GM/MS nº897/2021, art. 1º, Portaria GM/MS nº 1059/2021 art. 1º, Portaria GM/MS Nº 2.336/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 2.730/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.202/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.340/2021, art. 1º e 4º - Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.374/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, RES. SES/MG nº07097/2020, art. 1º, 2º e 4º, RES. SES/MG nº 7511/2021, art. 1º e 3º 2º, RES. SES/MG Nº 7546/2021, art. 1º, 2º § 4º e RES. SES/MG Nº 7655/2021, art.1º, 2º §3º.

Fonte da Evidência: Lei Municipal nº4485/2020 de 18/06/2020;

Lei Municipal nº4486/2020 de 18/06/2020;

Lei Municipal nº4498/2020 de 27/08/2020;

Lei Municipal nº4499/2020 de 27/08/2020;

Lei Municipal nº 4501/2020 de 16/09/2020;

1º Termo Aditivo ao Contrato nº0115/2019;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Convênio nº04/2020;
Convênio nº06/2020;
Convênio nº07/2020;
Convênio nº08/2020;
Termo de Colaboração nº04/2021
Termo de Colaboração nº08/2020;
Termo de Colaboração nº09/2020;
Termo de Colaboração nº01/2021;
Termo de Colaboração nº02/2021;
Termo de Colaboração nº12/2021;
Termo de Colaboração nº13/2021;
Termo de Colaboração nº16/2021;
Termo de Colaboração nº17/2021;
Termo de Colaboração nº19/2021;
Contrato nº023/2021 e aditivos;
B.O. (Business Object) extraído em 05/05/2022;
Relatório SIGRES extraído em 18/05/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648221

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Três Corações aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Fundação Hospitalar São Sebastião, conforme evidenciado no Anexo 01 deste relatório. A análise do relatório de B.O., dos extratos bancários e das Resoluções SES/MG revelou que a SMS recebeu o valor de R\$ 1.027.843,18 (um milhão e vinte e sete mil oitocentos e quarenta e três reais) referente a Resolução SES/MG nº 7097/2020 (Emendas Parlamentares nºs 52.656/2020 e 46.362/2020), Resolução SES/MG nº7461/2021, Resolução SES/MG nº7511/2021, Resolução SES/MG nº 7546/2021 e Resolução SES/MG nº7655/2021 destinado à Fundação Hospitalar São Sebastião. As três últimas resoluções citadas referem-se ao ressarcimento da produção aprovada do procedimento nº 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS-COVID-19. O valor total de recursos financeiros mencionado acima foi repassado ao prestador. Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, Cap. IV, art.11, Decreto Estadual nº 45.468/2010, Cap. V, art.12 e Parágrafo Único, art.13, art.15, art.17 e Parágrafo Único, art.19 e art.20, Res. SES nº7097/2020, art. 1º, 2º e 4º, Res. SES/MG nº 7511/2021, art. 1º e 3º § 2º, Res. SES/MG nº 7546/2021, art. 1º, 2º § 4º, Res. SES/MG nº 7655/2021, art.1º, 2º §3º e Termo de Compromisso nº 809.7097, Cláusula Primeira - Do Objeto, Cláusula Segunda - Das Obrigações, I ao Município/SMD, § 2º, alíneas a e c.

Fonte da Evidência: -Consulta das transferências do FES ao FMS de Três Corações - <http://www.transparencia.mg.gov>, em 02/05/2021;
-Relatório BO extraído em 05/05/2022;
-Extratos bancários da conta corrente nº 81222-6, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de junho/2021 a dezembro/2021; extratos bancários da conta corrente nº 83021-6, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de maio/2021 a novembro/2021, extratos bancários da conta corrente nº 81221-8, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de junho/2021 a dezembro/2021;
-Planilha produzida pela Subsecretaria de Regulação - SES/MG com repasse dos recursos COVID-19, emitida no dia 29/04/2022.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648222

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: Atraso no repasse dos recursos dos Convênio nº06/2020, Convênio nº07/2020, 1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021 pela Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações à Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: A SMS de Três Corações não respeitou o prazo de 05 dias úteis após o recebimento do recurso em conta corrente do Fundo Municipal de Saúde para transferência ao beneficiário, conforme demonstrado no anexo 01 deste relatório e descrito a seguir:

- Resolução SES/MG nº 7097/2020 - Emenda Parlamentar nº 52.656/2020 (Convênio nº06/2020) valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e Emenda Parlamentar nº 46.362/2020 (Convênio nº07/2020) valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) foram creditados nas contas do FMS de Três Corações - conta corrente nº 81222-6 e 81221-8, Agência 012-4 - Banco do Brasil, respectivamente, em 04/06/2020 e transferidos para o beneficiário em 30/09/2020;

- Resolução SES/MG nº 7461/2021 (1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021) - o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil) foi creditado na conta do FMS de Três Corações - conta corrente nº 83.021-6, Agência 012-4 - Banco do Brasil em 14/05/2021 e transferidos para o beneficiário em 14/06/2021.

Tal fato está em desacordo com a Res. SES nº7097/2020, art. 1º, 2º e 4º, Termo de Compromisso 809.7097, Cláusula Primeira - Do Objeto, Cláusula Segunda - Das Obrigações, I ao Município/SMD, § 2º, alíneas a e c e Termo de Compromisso 809.7461, Cláusula Primeira - Do Objeto, Cláusula Segunda - Das Obrigações, I ao Município/SMD, § 2º, alíneas a e c.

Fonte da Evidência: consulta das transferências do FES ao FMS de Três Corações - <http://www.transparencia.mg.gov>, em 02/05/2021; Relatório BO extraído em 05/05/2021;

extratos bancários da conta corrente nº 81222-6, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de junho/2021 a dezembro/2021;

extratos bancários da conta corrente nº 81221-8, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de junho/2021 a dezembro/2021;

extratos bancários da conta corrente nº 83021-6, agência 012-4 - Banco do Brasil do período de maio/2021 a novembro/2021;

Planilha produzida pela Subsecretaria de Regulação - SES/MG com repasse dos recursos COVID-19 emitida no dia 29/04/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMTC/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Dispõem os artigos 1º, 2º e 4º da Resolução SES nº 7097: Art.1º - Autorizar a alocação de recursos financeiros, a título de incentivo, para reforço do custeio das ações e serviços de saúde dos municípios e estabelecimentos de saúde relacionados no Anexo I dessa Resolução.

§ 1º - O incentivo financeiro previsto no caput deste artigo dar-se-á com fulcro no art.160, da Constituição Estadual, tendo em vista a propositura de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual de 2020 - LOA 2020.

§ 2º - A alocação de recursos para os beneficiários constantes do Anexo I dessa Resolução condicionar-se-á atualização documental tempestiva do CAGEC, especificamente no que tange a comprovação da instituição e funcionamento do Fundo e Conselho Municipais de Saúde, e de elaboração do Plano Municipal de Saúde, em observância ao disposto no §2º, art. 36 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do parágrafo único, art.22, da Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 2º - Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão repassados do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde beneficiários, conforme os valores constantes no Anexo I dessa Resolução e após



assinatura de Termo de Compromisso, em consonância com o disposto no art.7º do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§1º - A assinatura prevista no caput deste artigo deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, a contar da disponibilização do Termo de Compromisso no SIGRES, permitida a prorrogação do prazo por igual período, à critério desta Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG).

§2º - Os recursos financeiros transferidos serão movimentados em conta bancária específica em nome dos respectivos Fundos Municipais de Saúde.

§3º - Os recursos de que trata esta Resolução, depois de transferidos, e enquanto não forem utilizados na finalidade a que se destinam, deverão ser aplicados, conforme o art. 13 do Decreto Estadual nº 45.468/2010. (...)

Art. 4º - Os recursos previstos no Anexo I, na ação orçamentária 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus, que tenham como beneficiário final entidades filantrópicas que prestam serviços complementares ao SUS, deverão ser executados exclusivamente para o combate à Pandemia de COVID-19, sendo expressamente vedado o repasse de recursos do Fundo Municipal de Saúde Beneficiário para o Beneficiário Final que tenha envolvimento com pessoa com pretensões eleitorais, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997.

§1º - A entidade filantrópica que for beneficiária dos recursos previstos no caput desse artigo deverá estar e permanecer regular no Cadastro Geral de Convenientes - CAGEC, inclusive quando houver o repasse do Fundo Municipal de Saúde à beneficiária final, podendo ser consideradas apenas as exceções previstas em lei.

§2º - Recursos que forem repassados a entidade filantrópica que venha a descumprir o previsto nesta Resolução deverão ser imediatamente restituídos pelo Fundo Municipal de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde, quando detectada qualquer irregularidade, sob pena de reprovação de prestação de contas.

Já o Termo de Compromisso 809.7097 estabelece que: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** O presente Termo de Compromisso tem por objeto a adesão do município TRÊS CORAÇÕES às regras de execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro previsto na Resolução SES/MG 7.097/2020, visando à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a definição de indicadores e metas.

Parágrafo único - O recurso financeiro previsto neste termo deverá ser utilizado para o reforço do custeio das ações e serviços de saúde no município de TRÊS CORAÇÕES, conforme Anexo Técnico. (...)

§2º Quando houver especificação de instituição beneficiária na Resolução que previu a transferência dos recursos: a) formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais. (...)

c) repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de Tomada de Conta Especial.

No que tange o Termo de Compromisso 809.7461: (...) **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO** O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão do MUNICÍPIO/SMS às regras previstas na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, visando apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19.

PARÁGRAFO PRIMEIRO O recurso financeiro previsto na Resolução SES/MG n. 7.461, de 31 de março de 2021, deverá ser executado observando-se o Plano de Trabalho aprovado pela Unidade Regional de Saúde (URS). **PARÁGRAFO SEGUNDO** As ações/serviços de saúde serão executadas pelo(a) HOSPITAL SAO SEBASTIAO, CNES 2760657, doravante denominada ENTIDADE BENEFICIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I AO MUNICÍPIO/SMS: a) formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais; (...)

c) repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de Tomada de Conta Especial. (...)

Em solicitação ao Departamento Municipal de Compras/Financeiro desta Secretaria a respeito da referida constatação, foi informado, pelo Memorando nº 019/2023 anexo que:

(...) Quanto aos repasses realizados por meio de convênios, o atraso ocorreu por conta da necessidade de prévia autorização legislativa para a celebração dos mesmos.



As Leis Municipais nº 4.499/2020 e 4.498/2020, que autorizaram a celebração dos Convênios nº 06/2020 e 07/2020, respectivamente, foram publicadas somente em 27/08/2020, sendo que os recursos haviam sido depositados no FMS em 04/06/2020. Quanto ao recurso determinado pela Resolução 7461/2021, repassado por meio do Contrato 023/2021, justificamos que o atraso se deu em virtude do grande volume de demandas ocasionado pela própria pandemia, em que não só tivemos que efetuar diversos repasses ao prestador, como também providenciar todos os insumos e serviços necessários ao enfrentamento à emergência no âmbito da SEMS. Ainda assim, nota-se que o empenho do referido recurso, que caiu em 14/05/2021 no FMS, deu-se em 19/05/2021 (empenho 3991), tendo o processo de liquidação ocorrido de forma relativamente rápida (com pagamento dentro de 30 dias corridos) se considerarmos a grande carga de trabalho e responsabilidade que os departamentos e secretarias enfrentavam no momento. (...)z Conforme se pode verificar das legislações citadas e Termos de Compromissos firmados, não houve, especificamente, um direcionamento do ente Estadual quanto à forma de repasse, limitando-se a dispor como obrigação do Município a formalização e a publicação por meio de instrumento jurídico que fosse feito de acordo com as normas vigentes, sendo considerado assim, ato discricionário, baseado na oportunidade e conveniência do gestor municipal de saúde a utilização dos meios jurídicos que eram disponibilizados e conhecidos no referido período. Ora, conforme explanado pelo Departamento de Compras/ Financeiro, um dos repasses foram realizados por meio de Convênio, sendo que tal instrumento é previsto na Lei Orgânica do Município de Três Corações¹: (...) Art. 24 - É facultado ao Município: (...) IV - Cooperar para a eficiente execução, no território do Município, dos serviços federais ou estaduais, de segurança e justiça.

Parágrafo único - A cooperação constante de caput deste artigo depende de que o Convênio ou Consórcio sejam aprovados pela Câmara Municipal. (NR) *Parágrafo alterado através da Emenda nº008/93. (...) (...) Art. 88 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente: (...) XV - convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios; (...) (...) Art. 292 - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Único de Saúde - SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.(...)

Verifica-se que, para realização de convênio, instrumento jurídico ao qual foi identificado, como o mais adequado para realização dos referidos repasses para a entidade beneficiada Fundação Hospitalar São Sebastião - FHSS, necessitou-se de aprovação do Legislativo Municipal e, consequentemente, prazo para realização do processo legislativo estabelecido nos artigos 92 e seguintes da mesma Lei Orgânica Municipal.

No mesmo sentido, houve também repasses realizados pelo Contrato Administrativo nº 023/2021, também previsto em Lei Orgânica, sendo que a realização do Aditivo Contratual, foi identificado, neste período, como o meio mais adequado à transferência dos valores recebidos pela Resolução nº 7461, sendo que, assim como o convênio, fez-se necessário o período de tempo hábil para o trâmite administrativo para o processamento do empenho em cumprimento as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/1964 que dispõe sobre as normas gerais do Direito Financeiro. Cabe frisar que não houve indicação por parte da Administração Pública Estadual ou Federal de qual meio seria o ideal para transferência dos valores à Fundação Hospitalar São Sebastião, sendo que a Secretaria Municipal de Saúde, utilizou-se daqueles instrumentos jurídicos que dispunha nas legislações municipais, em integral observância ao princípio constitucional da legalidade. É indubitável que o art. 24, Anexo 2 do Anexo XXIV da Portaria de Consolidação nº 02/2017 que estabelece sobre as políticas públicas de saúde, dispõe de rol exemplificativo de instrumentos jurídicos para contratualização de prestadores do SUS e, ainda assim, qualquer dos que fossem utilizados, não haveria qualquer tempo hábil ao cumprimento do repasse no prazo estabelecido nos Termos de Compromisso sem infringência de disposições legalmente estabelecidas, sem comprometimento do saldo orçamentário do Município e do saldo contratual para os demais repasses para a Fundação Hospitalar São Sebastião (Contrato nº 023/2021), já que é a única instituição filantrópica no Município que foi habilitada ao recebimento dos recursos para enfrentamento do COVID-19.

Portanto, justifica-se o referido descumprimento do prazo estabelecido nas normativas citadas no Relatório Preliminar, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações, visando atender o princípio da legalidade, utilizou-se dos instrumentos jurídicos para repasse das verbas à Fundação Hospitalar São Sebastião de acordo com os trâmites e prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município (processo legislativo) e na Lei Federal nº 4.320/1964 (processo de empenho).

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria e reconhecem que há determinação de prazo 05 dias úteis para repasse de recursos financeiros



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



à entidade e que a SMS não cumpriu o prazo estabelecido.

Na sequência, alegam que o excesso de trabalho imposto pelo período de pandemia e o respeito às disposições legalmente estabelecidas no município para formalização de instrumentos jurídicos justificaram o atraso, uma vez que havia necessidade de aprovação pelo Poder Legislativo Municipal. Cita, ainda, como motivo para atraso de repasse de recursos o volume de recursos destinados à FHSS.

A FHSS, "a única instituição filantrópica no Município que foi habilitada ao recebimento dos recursos para enfrentamento do COVID-19", foi referência no Plano de Contingência Macrorregional para o enfrentamento da COVID-19, necessitando, pois de recebimento de recursos financeiros com maior agilidade para otimizar a assistência à população. A particularidade da pandemia e o cenário de calamidade pública instaurado reforçaram a importância do cumprimento do prazo legal. Além disso, o prazo estabelecido era de conhecimento da SMS de Três Corações, pois foi pactuado no momento de assinatura dos Termos de Compromissos. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Cumprir o prazo limite para repasse de recursos recebidos destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião, conforme determina a Res. SES nº7097/2020, art. 1º, 2º e 4º, Termo de Compromisso 809.7097, Cláusula Primeira - Do Objeto, Cláusula Segunda - Das Obrigações, I ao Município/SMD, § 2º, alíneas a e c e Termo de Compromisso 809.7461, Cláusula Primeira - Do Objeto, Cláusula Segunda - Das Obrigações, I ao Município/SMD, § 2º, alíneas a e c e resoluções SES/MG e Termos de Compromissos vindouros.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648223

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Três Corações recebeu o valor de R\$ 18.805.842,98 (dezoito milhões, oitocentos e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos) referente às portarias que autorizaram a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde cujo beneficiário foi a Fundação Hospitalar São Sebastião, conforme demonstrado no Anexo 01 deste relatório. Neste Anexo, estão relacionados as datas e os valores de recebimento dos recursos do FNS pela SMS, as datas e valores dos pagamentos realizados pela SMS à FHSS e os respectivos empenhos dos processos de pagamento. Essas informações foram confrontadas com os extratos bancários do período março/2020 a dezembro/2021 da conta corrente nº 624046-0, Agência 0156 - Caixa Econômica Federal do FMS. O valor total de recursos financeiros mencionado acima foi repassado ao prestador. Foram confrontadas as informações das Notas de Empenhos e transferências efetuadas nos extratos bancários da SMS referente à Fundação Hospitalar São Sebastião com o que foi previsto em Portarias e termos formalizados, sendo constatada a aplicação adequada dos recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Fundação Hospitalar São Sebastião. Tal fato está de acordo com PT GM/MS nº 3.992/2017, art.3º § 2º incisos I,II e III, § 3º, § 4º e § 5º, PT GM/MS nº1393/2020, art. 1º, 2º, 3º, 4º §1º, PT GM/MS nº 1.448/2020, art. 1º § 1º e 2º,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



anexo, PT GM/MS nº 1.516/2020, art. 1º, Parágrafo único, anexo, PT GM/MS nº 1.666/2020 art. 1º e 3º, PT nº 2.420/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 2.993/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.245/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.481/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 431/2021, art. 1º, 2º e 3º, PT GM/MS nº 373/2021, art. 1º, 3º e 10º, PT GM/MS nº 897/2021, art. 1º, PT GM/MS nº 1059/2021 art. 1º, PT GM/MS nº 2.336/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, PT GM/MS nº 2.730/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, PT GM/MS nº 3.202/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, PT GM/MS nº 3.340/2021, art. 1º e 4º - Parágrafo Único, PT GM/MS nº 3.374/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Convênio nº 004/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Convênio nº 005/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Convênio nº 008/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 04/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 08/2020 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 09/2020 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 01/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 02/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 12/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 13/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 16/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº 17/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª e Termo de Colaboração nº 19/2021 - Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª.

Fonte da Evidência: -Consulta das transferências do FNS ao FMS de Três Corações em 29/04/2022 - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>;
-Consulta ao Portal Transparência de Três Corações em 30/04/2022 - <https://trescoracoes-mg.portaltip.com.br/>;
-Extratos bancários Caixa Econômica Federal Agência 1562, conta corrente 624046-0 do período março/2020 a dezembro/2021;
-Processos de Pagamentos referente aos Empenhos nºs 4661/20, 4945/20, 4944/20, 7543/20, 2559/21, 8338/20, 8538/20, 10.056/20, 673/21, 2305/21, 3209/21, 3210/21, 4860/21, 5788/21, 7867/21, 11809/21, 11810/21, 11811/21 e 11812/21.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648230

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: Atraso no repasse dos recursos do Convênio nº 04/2020, Convênio nº 05/2020, Convênio nº 08/2020, Termo de Colaboração nº 04/2021, Termo de Colaboração nº 08/2020, Termo de Colaboração nº 09/2020, Termo de Colaboração nº 01/2021, Termo de Colaboração nº 02/2021, Termo de Colaboração nº 12/2021, Termo de Colaboração nº 13/2021, Termo de Colaboração nº 16/2021, Termo de Colaboração nº 17/2021, Termo de Colaboração nº 19/2021, Contrato nº 023/2021 pela Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações à Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: A SMS não respeitou o prazo de 05 dias úteis após o recebimento do recurso em conta corrente do Fundo Municipal de Saúde para transferência ao beneficiário, conforme relatado a seguir:

- o valor de R\$ 4.247.807,17 referente à PT GM/MS nº 1448/2020 (Convênio nº 04/2020) foi creditado na conta do FMS em 04/06/2020 e repassado ao hospital em 06/07/2020 e 07/07/2020;
- o valor de R\$ 402.897,81 referente à PT GM/MS nº 1393/2020 (Convênio nº 05/2020) foi creditado na conta do FMS em 26/05/2020 e repassado ao hospital em 06/07/2020;
- o valor de R\$ 1.175.138,00 referente à PTGM/MS nº 1666/2020 (Convênio nº 08/2020) foi creditado na conta do FMS em 21/08/2020 e repassado ao hospital em 07/10/2020;
- o valor de R\$ 500.000,00 referente à PT GM/MS nº 1666/2020 (Termo de Colaboração nº 04/2021) foi creditado na conta do FMS em 21/08/2020 e repassado ao hospital em 09/04/2021;
- o valor de R\$ 480.000,00 referente à PT GM/MS nº 2420/2020 (Termo de Colaboração nº 08/2020) foi creditado na conta do FMS em 25/09/2020 e repassado ao hospital em 06/11/2021;
- o valor de R\$ 480.000,00 referente à PT GM/MS nº 2993/2020 (Termo de Colaboração nº 09/2020) foi creditado na conta do FMS em 13/11/2020 e repassado ao hospital em 22/12/2021;
- o valor de R\$ 480.000,00 referente à PT GM/MS nº 3245/2020 (Termo de Colaboração nº 01/2021) foi creditado na conta do FMS em 18/12/2020 e repassado ao hospital em 28/01/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 3481/2020 (Termo de Colaboração nº 02/2021) foi creditado na conta do FMS em 24/12/2020 e repassado ao hospital em 30/03/2021;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº373/2021 (Termo de Colaboração nº12/2021) foi creditado na conta do FMS em 16/03/2021 e 25/03/2021 repassado ao hospital em 11/05/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº431/2021 (Termo de Colaboração nº13/2021) foi creditado na conta do FMS em 16/03/2021 e 24/03/2021 e repassado ao hospital em 10/05/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 897/2021 (Termo de Colaboração nº16/2021) foi creditado na conta do FMS em 13/05/2021 e repassado ao hospital em 29/06/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 1059/2021 (Termo de Colaboração nº17/2021) foi creditado na conta do FMS em 01/06/2021 e repassado ao hospital em 21/07/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 1453/2021 (Termo de Colaboração nº19/2021) foi creditado na conta do FMS em 08/07/2021 e repassado ao hospital em 21/09/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 2336/2021 (Contrato nº023/2021) foi creditado na conta do FMS em 27/10/2021 e repassado ao hospital em 27/12/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 2730/2021 (Contrato nº023/2021) foi creditado na conta do FMS em 27/10/2021 e repassado ao hospital em 28/12/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº3202/2021 (Contrato nº023/2021) foi creditado na conta do FMS em 03/12/2021 e repassado ao hospital em 29/12/2021;
- o valor de R\$ 960.000,00 referente à PT GM/MS nº 3340/2021 (Contrato nº023/2021) foi creditado na conta do FMS em 03/12/2021 e repassado ao hospital em 30/12/2021.

Os atrasos nos repasses estão em desacordo com PRC nº06/2017 Capítulo II Seção IV art.303, PTGM/MS nº 3.992/2017, art.3º § 5º, PT GM/MS nº1393/2020, art. 1º, 2º, 3º, 4º §1º, PT GM/MS nº 1.448/2020, art 1º § 1º e 2º, anexo, PT GM/MS nº 1.666/2020 art. 1º e 3º, PT GM/MS nº 2.420/2020, Art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 2.993/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.245/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.481/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 431/2021, art. 1º, 2º e 3º, PT GM/MS nº 373/2021, art. 1º, 3º e 10º, PT GM/MS nº897/2021, art. 1º, PT GM/MS nº 1059/2021, art. 1º, PT GM/MS nº2336/2021, art. 1º, PT GM/MS nº2730/2021, art. 1º, PT GM/MS nº 3202/2021, art. 1º, PT GM/MS nº3340/2021, art. 1º.

Fonte da Evidência: Consulta das transferências do FNS ao FMS de Três Corações em 29/04/2022 - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>;
Consulta ao Portal Transparência de Três Corações em 30/04/2022 - <https://trescoracoes-mg.portaltip.com.br/>;
extratos bancários Caixa Econômica Federal Agência 1562, conta corrente 624046-0 do período março/2020 a dezembro/2021;
Processos de Pagamentos referente aos Empenhos nºs. 4945/20, 4944/20, 7543/20, 2559/21, 8538/20, 10.056/20, 673/21, 2305/21, 3209/21, 3210/21, 4860/21, 5788/21, 7867/21, 11809/21, 11810/21, 11811/21 e 11812/21.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMTJC/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:
A Portaria de Consolidação nº 006/2017 que dispõe sobre as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, estabelece que: () Seção IV Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º) ()

Já as Portarias GM/MS, estabelecem que: (...) Art. 3º () § 5º Os rendimentos das aplicações financeiras de que trata o § 4º serão obrigatoriamente aplicados na execução de ações e serviços públicos de saúde relacionados ao respectivo Bloco de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Financiamento, estando sujeitos às mesmas finalidades, regras e condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. (PORTARIA Nº 3.992/2017)

(...) Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a execução da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, para estabelecer recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19, no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em 2 (duas) parcelas, destinados às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) e que estejam contratualizadas com os referidos entes federativos.

Art. 2º Fica estabelecido que a 1ª parcela a ser transferida será no montante de R\$ 340.000.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) e deverá ser destinada às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos constantes nos Planos de Contingências dos Estados e Distrito Federal na data de 12/05/2020 e às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados nos Municípios brasileiros que possuem presídios, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, conforme anexo, observados os requisitos previstos na Lei nº 13.995, de 2020, e nesta Portaria.

Parágrafo único. O critério de rateio para alocação dos recursos financeiros teve como base o quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES até a data de 12/05/2020, das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos constantes nos Planos de Contingências dos Estados e Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados nos Municípios brasileiros que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito de cada estabelecimento o valor da parcela constante no caput deste artigo.

Art. 3º Fica estabelecido que a 2ª parcela, no montante de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de reais), será transferida em até 7 (sete) dias, contados da data de publicação desta Portaria e será distribuída com base na análise da evolução da pandemia no País, utilizando-se como critério de rateio dos recursos os indicadores que evidenciem a situação epidemiológica constante em nota técnica a ser elaborada pelo Ministério da Saúde e divulgada no sítio eletrônico institucional, observados os requisitos previstos na Lei nº 13.995, de 2020, e nesta Portaria. Parágrafo único. Para fins de publicidade, deverá ser publicada portaria com a relação das entidades beneficiadas na segunda parcela e o valor atribuído a cada uma delas.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de cada parcela pelos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, para que os gestores locais efetuem o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta portaria, no caso da primeira parcela, e dos constantes da portaria de que trata o parágrafo único do art. 3º, no caso da segunda parcela, em conformidade com os trâmites legais. § 1º Para fins de pagamento às entidades beneficiadas, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aditar o contrato, convênio ou instrumento congênere vigente ou firmar novo instrumento, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria e no art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com regras expressas sobre a forma e os prazos para a prestação de contas dos recursos pelas entidades. (PORTARIA Nº 1.393/2020)

(...) Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência da segunda parcela dos recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19 de que trata a Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, nos termos do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020. § 1º A segunda parcela, no valor de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de reais), será disponibilizada aos Estados, Distrito Federal e Municípios e destinada às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS e que estejam contratualizados com os referidos entes federativos, conforme relação anexa a esta Portaria.

Art. 2º Aplica-se à segunda parcela de que trata esta Portaria o disposto nos arts. 4º a 8º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020. (PORTARIA Nº 1.448/2020)

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência dos recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput correspondem ao montante de R\$ 13.800.000.000,00 (treze bilhões e oitocentos milhões de reais) e serão disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em parcela única, conforme Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância



em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID-19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (PORTARIA 1.666/2020)

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, as habilitações de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos de saúde descritos no anexo a esta Portaria. Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias da prorrogação de leitos constante das Portarias citadas no anexo, referente à competência Outubro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo. Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R\$ 2.016.000,00 (dois milhões e dezesseis mil reais), conforme anexo. Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias (PORTARIA 2.993/2020)

Art. 1º Ficam prorrogadas e, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, as habilitações de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria. Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias da prorrogação dos leitos constantes das Portarias citadas no Anexo, referente à competência Novembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo. Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R\$ 14.736.000,00 (quatorze milhões, setecentos e trinta e seis mil reais). (PORTARIA 3.245/2020)

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 60 (sessenta) dias, as habilitações dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria. Parágrafo único. O período de 60 (sessenta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias das prorrogações das habilitações de leitos constantes das Portarias citadas no anexo, referente às competências dezembro/2020 e Janeiro/2021. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo. Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R\$ 8.928.000,00 (oito milhões, novecentos e vinte e oito mil reais), conforme anexo. Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 60 (sessenta) dias. (PORTARIA 3.481/2020)

Art. 1º Ficam autorizados o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19, Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcelas mensais, no montante de R\$ 188.208.000,00 (cento e oitenta e oito milhões e duzentos e oito mil reais). Art. 3º As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021. (PORTARIA Nº 431/2021)

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário. Art. 2º As solicitações de autorização de leitos em caráter excepcional e temporário de que trata esta Portaria devem ser encaminhadas por meio do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS), disponível no endereço eletrônico www.saips.saude.gov.br, acompanhada da seguinte documentação: I - ofício de solicitação, com data atual e devidamente assinado, encaminhado pelo respectivo gestor do SUS Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, com as informações: a) nome do Município e seu respectivo código IBGE; b) nome do estabelecimento de saúde e seu respectivo código no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES); c) número de leitos de UTI Covid-19 a serem autorizados, que deve ser de, no mínimo, 5 leitos por tipo (adulto e pediátrico) e por estabelecimento; e d) declaração de garantia da existência de um respirador por leito, equipamentos e recursos humanos necessários, compatíveis com os dados do estabelecimento no SCNES, que devem estar atualizados. Art. 10. As despesas autorizadas nos termos do Anexo I e II desta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021. (PORTARIA 373/2021)



Art. 1º Fica autorizado, em caráter excepcional, o pagamento de 17.549 (dezesete mil e quinhentos e quarenta e nove), de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, correspondente ao mês de abril/2021, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021. Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de abril de 2021 e corresponderão ao montante total de R\$ 834.768.000,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões setecentos e sessenta e oito mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Grupo Coronavírus (COVID 19). (PORTARIA 897/2021)

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 21.998 (vinte e um mil novecentos e noventa e oito) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de maio/2021, cuja solicitação de habilitação tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, conforme Anexo a esta Portaria. Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de maio de 2021 e corresponderão ao montante total de R\$ 1.048.320.000,00 (um bilhão, quarenta e oito milhões trezentos e vinte mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Grupo Coronavírus (COVID 19). (PORTARIA 1.059/2021)

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 24.614 (vinte e quatro mil seiscentos e quatorze) leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de agosto/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021. (PORTARIA 2.336/2021)

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 21.579 (vinte e um mil, quinhentos e setenta e nove) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de setembro/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021. (PORTARIA 2.730/2021)

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 18.904 (dezoito mil e novecentos e quatro) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, de Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente ao mês de outubro/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021. (PORTARIA 3.202/2021)

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 16.610 (dezesesseis mil seiscentos e dez) leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, de Estados, Municípios e Distrito Federal, correspondente ao mês de novembro/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021. (PORTARIA 3.340/2021)

Instado o Departamento Municipal de Compras/Financeiro a respeito da Constatação efetivada, foi informado no mesmo, em suma, que, quanto aos Convênios nº 04/2020, 05/2020, 08/2020, também foram realizados os trâmites para autorização legislativa (doc.) e possível efetivação do repasse, e que, quanto aos Termos de Colaboração nº 04/2021, 08/2020, 09/2020, 01/2021, 02/2021, 012/2021, 013/2021, 016/2021, 017/2021 e 019/2021 os repasses se deram por meio do procedimento previsto na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, sendo que a sua tramitação se deu em respeito aos prazos e disposições legalmente estabelecidas. Mais uma vez, extrai-se tanto das normativas expressamente citadas, quanto das informações relatadas, a dificuldade técnica, jurídica e legal que o Município enfrentou para poder, concomitantemente, atender o prazo estabelecido para repasse do montante financeiro destinado ao prestador FHSS e não infringir as disposições legais que determinam requisitos básicos para se firmar os instrumentos jurídicos citados. Verifica-se que o art. 4º, §1º da Portaria nº 1.393/2020 elencou várias possibilidades para o ente municipal realizar o pagamento dos valores, tendo dado ao Município a autonomia para a escolha do procedimento que mais se adequasse a sua estrutura jurídica de acordo com o objeto dos valores vindos para combate ao COVID19. Assim, no que tange os convênios realizados, tal como na constatação supra mencionada, o atraso nos repasses se justifica pela necessidade de autorização legislativa estabelecida nos já citados artigos 24, 88 e 292 da Lei Orgânica Municipal. No que se referem os Termos de Colaboração realizados por meio da Lei 13.019/2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.625/2017 (doc.), a referida possibilidade foi realizada pela identificação do objeto do repasse e natureza jurídica da entidade prestadora dos serviços de combate ao COVID-19. Indubitável é que tal procedimento requer os prazos previstos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



na regulamentação municipal e, como tal, deveria ser seguido, ficando a Administração Pública Municipal impedida, assim, de atendimento do prazo de 5 (cinco) dias úteis para efetivação do referido repasse. Portanto, justifica-se o referido descumprimento do prazo estabelecido nas normativas citadas no Relatório Preliminar, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações, visando atender o princípio da legalidade, utilizou-se dos instrumentos jurídicos para repasse das verbas à Fundação Hospitalar São Sebastião de acordo com os trâmites estabelecidos na Lei Orgânica do Município (processo legislativo), na Lei Federal nº 4.320/1964 (processo de empenho) e na Lei 13.019/2014 (processo Marco Regulatório das OCS's) e sua regulamentação municipal nº 3.625/2017.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria e reconhecem que há determinação de prazo 05 dias úteis para repasse de recursos financeiros à entidade e que a SMS não cumpriu os prazos estabelecidos. Na sequência, justificaram o atraso pela necessidade de aprovação dos instrumentos jurídicos pelo Poder Legislativo Municipal e pela "dificuldade técnica, jurídica e legal que o Município enfrentou para poder, concomitantemente, atender o prazo estabelecido para repasse do montante financeiro destinado ao prestador FHSS e não infringir as disposições legais que determinam requisitos básicos para se firmar os instrumentos jurídicos citados."

Sendo a FHSS contratualizado como prestador de serviços complementares ao SUS, o respeito ao prazo de 05 dias úteis após o recebimento para repasse de recursos financeiros deveria ser uma prática já consolidada pela SMS.

A FHSS foi referência no Plano de Contingência Macrorregional para o enfrentamento da COVID-19, necessitando, pois de recebimento de recursos financeiros com maior agilidade para otimizar a assistência à população. A particularidade da pandemia e o cenário de calamidade pública instaurado reforçaram a importância do cumprimento do prazo legal. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Cumprir o prazo limite para repasse de recursos recebidos destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião, conforme determina a PRC nº06/2017 Capítulo II Seção IV art.303, PTGM/MS nº 3.992/2017, art.3º § 5º, PT GM/MS nº1393/2020, art. 1º, 2º, 3º, 4º §1º, PT GM/MS nº 1.448/2020, art 1º § 1º e 2º, anexo, PT GM/MS nº 1.666/2020 art. 1º e 3º, PT GM/MS nº 2.420/2020, Art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 2.993/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.245/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 3.481/2020, art. 1º e 2º, PT GM/MS nº 431/2021, art. 1º, 2º e 3º, PT GM/MS nº 373/2021, art. 1º, 3º e 10º, PT GM/MS nº897/2021, art. 1º, PT GM/MS nº 1059/2021, art. 1º, PT GM/MS nº2336/2021, art. 1º, PT GM/MS nº2730/2021, art. 1º, PT GM/MS nº 3202/2021, art. 1º, PT GM/MS nº3340/2021, art. 1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648233

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados e com a legislação vigente.

Evidência: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19



destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião foram apresentados e se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho, notas de liquidação, comprovantes de transferências. Há compatibilidade entre a classificação orçamentária, o histórico e pagamentos nos empenhos bem como referência ao processo licitatório desencadeante e os instrumentos jurídicos formalizados. Os processos de pagamentos realizados pela SMS referentes aos instrumentos jurídicos formalizados com a Fundação Hospitalar São Sebastião encontram-se regulares em relação a legislação, as condições de pagamento previstas e as regras que disponibilizaram os repasses e documentação exigida. Tal fato está de acordo Lei Federal nº4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III, Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10 inciso I ao VI §1º e 2º, Decreto Estadual nº 45468/2010 Cap. V art.14 § 1º, § 2º, § 3º e § 4º, Convênio nº004/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Convênio nº005/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Convênio nº008/2020 - Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, Termo de Colaboração nº04/2021, Termo de Colaboração nº08/2020, Termo de Colaboração nº09/2020, Termo de Colaboração nº 01/2021, Termo de Colaboração nº02/2021, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/2021, Termo de Colaboração nº16/2021, Termo de Colaboração nº17/2021 e Termo de Colaboração nº19/2021.

Fonte da Evidência: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº015/2019;
Convênio nº04/2020;
Convênio nº05/2020;
Convênio nº06/2020;
Convênio nº07/2020;
Convênio nº08/2020;
Termo de Colaboração nº04/2021;
Termo de Colaboração nº08/2020;
Termo de Colaboração nº09/2020;
Termo de Colaboração nº01/2021;
Termo de Colaboração nº02/2021;
Termo de Colaboração nº12/2021;
Termo de Colaboração nº13/2021;
Termo de Colaboração nº16/2021;
Termo de Colaboração nº19/2021;
Processos de Pagamentos referente aos empenhos nº 83/2020, 4944/2020, 4945/2020, 6468/2020, 6865/2020, 7543/2020, 8013/2020, 8538/2020, 10056/2020, 673/2021, 2305/2021, 2559/2021, 3990/2021, 4860/2021, 5491/2021, 5788/2021, 7867/2021, 8801/2021, 10679/2021, 11807/2021, 11808/2021;
Portaria Municipal nº045/2021;
Portaria Municipal nº 132/2017 e Ata de Reunião Auditoria Programada - eixo COVID - ativ. 689 - Questões financeiras de 10/05/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 657453

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: O Secretário Municipal de Saúde não assina como o autorizador de pagamentos nos processos de pagamento do FMS referentes às ações de média e alta complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: Foram apresentados e analisados os processos de pagamentos referentes às ações de média e alta complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião. Nestes processos de pagamentos, constatou-se que o Secretário Municipal de Saúde ordena empenhos, mas não autoriza pagamentos. A autorização de pagamentos é realizada pelo sr. J.H.R., tesoureiro. Foi solicitada documentação municipal que delega ao Tesoureiro Municipal a função de autorizador de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde e, diante disso, a SMS apresentou as Portarias Municipais nº045/2021 e 132/2017 que designa servidores para movimentação financeira, porém tais funções foram delegadas pelo Prefeito Municipal e não pelo Secretário Municipal de Saúde, que é o responsável legal pelo FMS. A Portaria Municipal nº045/2021 especifica os responsáveis para a movimentação financeira do município de Três Corações



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- CNPJ 17.955.535/0001-19 e não menciona o FMS - CNPJ 13.750.512/0001-88. Tal fato está desacordo com a Lei Complementar 141/2012, art. 14, Lei 4.320/64, art. 58, art. 63 e art. 64, Lei nº 8.080/1990, art. 9º, inciso III, art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: Processos de Pagamentos referente aos empenhos nº 83/2020, 4944/2020, 4945/2020, 6468/2020, 6865/2020, 7543/2020, 8013/2020, 8538/2020, 10056/2020, 673/2021, 2305/2021, 2559/2021, 3990/2021, 4860/2021, 5491/2021, 5788/2021, 7867/2021, 8801/2021, 10679/2021, 11807/2021, 11808/2021;
Portaria Municipal nº045/2021;
Portaria Municipal nº 132/2017
Ata de Reunião Auditoria Programada - eixo COVID - ativ. 689 - Questões financeiras de 10/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMT/C/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Quanto às normas, instadas como transgredidas, estabelecem que: Art. 14. O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, ressalvados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde. (LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2021)

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.(...) Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. § 1º Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo; II - a nota de empenho; III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.(...) Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade. (LEI 4.320/1964)

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: (...) III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.(...) Art. 32. São considerados de outras fontes os recursos provenientes de: § 2º As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais, movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas. (LEI 8.080/1990)

A Constituição Federal de 1988 constituiu a organização político-administrativa do país na união indissolúvel de Estado, Distrito Federal e Municípios, sendo que tais entes federativos possuem autonomia e personalidade jurídica própria para atuar na gestão administrativa, conforme as competências estabelecidas nas Constituições Estaduais, no caso dos Estados, e nas Leis Orgânicas, no caso dos Municípios.

Verifica-se que a Lei Orgânica do Município de Três Corações estabelece como a autoridade máxima do Poder Executivo o Prefeito Municipal, sendo este responsável pela implementação e execução de políticas públicas de interesse local, sendo auxiliado pelos Secretários das respectivas pastas: () Art. 115 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários ou Diretores equivalentes. ()

Por sua vez, a Lei Complementar Municipal nº 508/20192 que dispõe sobre a organização geral da administração direta da Prefeitura de Três Corações, descreve as funções gerais e específicas dos Secretários, vejamos: () Art. 3º São competências das Secretarias Municipais: I - oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal; II - garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal para a sua área de competência; III - garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, coordenação e controle da Administração Municipal; IV - coordenar, integrando esforços, os recursos financeiros, materiais e humanos colocados à sua disposição, garantindo



aos seus órgãos o apoio necessário à realização de suas atribuições; V - participar da elaboração do orçamento municipal e acompanhar sua execução; VI - elaborar estudos, propostas e pareceres específicos, fornecendo informações e apoio técnico para a coordenação da ação governamental; VII - oferecer, na área de sua atribuição, subsídios ao Governo Municipal, que possibilitem aferir a evolução dos processos e serviços em vista dos objetivos fixados. (...) Art. 5º São atribuições dos Secretários Municipais e do Procurador Geral do Município, como auxiliares diretos do Prefeito Municipal, exercer, na área de sua competência, a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como desempenhar as funções que lhes forem especificamente atribuídas pelo Prefeito Municipal, podendo delegar competência a seus subordinados, competindo-lhes, ainda: I - elaborar Programa de Trabalho, definindo objetivos e metas do órgão e compatibilizando-o com as diretrizes oficialmente estabelecidas; II - referendar atos normativos baixados pelo Prefeito Municipal; III - encaminhar a proposta programática e orçamentária do órgão, participando do seu ajustamento à Lei Orçamentária do Município; IV - encaminhar, isoladamente ou com interveniência de outros Secretários Municipais, acordos, contrato e ajustes de interesse do órgão ou das entidades vinculadas ou supervisionadas, na forma da lei para aprovação; V - propor o preenchimento de cargos em comissão e funções gratificadas dos órgãos e entidades sob sua jurisdição; VI - promover as medidas delegatórias indispensáveis à atuação desconcentrada da administração, bem como a sua reversão nos casos em que esta medida se justificar; VII - convocar e presidir reuniões periódicas de coordenação; VIII - participar de conselhos e comissões, ou indicar representantes, fixando-lhes os poderes de representação; IX - homologar decisões de órgãos colegiados; X - aplicar punições disciplinares a seus subordinados; XI - propor alterações de estrutura e funcionamento dos órgãos e entidades sob sua jurisdição, exigindo do setor competente o devido Parecer Técnico; XII - aprovar normas internas; XIII - aprovar e encaminhar prestações de contas; XIV - prestar esclarecimentos relativos a atos sujeitos ao controle interno e externo da Administração Pública Municipal; XV - ordenar despesas, autorizar viagens e conceder diárias segundo as normas e os limites orçamentários em vigor, nos termos de regulamento próprio a ser editado pelo Executivo; XVI - propor a lotação ideal de pessoal do órgão.

Cabe, por fim, salientar que compete à Secretaria Municipal de Finanças de acordo com a mesma lei: Art. 30. A Secretaria Municipal de Finanças tem por objetivo a gestão tributária, financeira e orçamentária do Município, cabendo à mesma a direção e execução da política de administração fiscal e tributária do Município, administrando a receita tributária municipal, competindo-lhe:

(...) IV - efetuar a guarda e a movimentação dos recursos financeiros e de outros valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal; V - efetuar a contabilidade do Município em todos os seus sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de resultados e de custos e dos atos da Administração Municipal de natureza financeira, resultantes ou independentes da execução orçamentária.(...)

Verifica-se que as legislações municipais transcritas não conferem competência legal para que o Secretário Municipal de Saúde autorize ou delegue a autorização de pagamentos, ainda, que se refiram ao Fundo Municipal de Saúde, isso, porquanto a estrutura jurídica estabelecida na Prefeitura Municipal de Três Corações conferiu à Secretaria Municipal de Finanças a referida atribuição financeira. Assim, não há no âmbito da estrutura jurídica e legal da Secretaria Municipal de Saúde a descentralização financeira para que possa o gestor municipal de saúde ter autonomia para autorizar pagamentos dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, a atribuição determinada pela normativa local é, além da ordenação da referida despesa, o gerenciamento dos referidos recursos, todavia, sem a execução de todas as etapas do processo financeiro, senão vejamos:

(...) Art. 42. A Secretaria de Municipal de Saúde tem por finalidades básicas gerir o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, formular e implantar as políticas, programas e projetos que visem promover, proteger e recuperar a saúde da população, mediante a promoção e o controle das ações de prevenção em saúde em geral, de vigilância e controle sanitário do Município, de políticas sociais e econômicas objetivando reduzir o risco de doenças e outros agravos e garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços à população, competindo-lhe: (...) IX - estabelecer critérios e diretrizes para a gestão dos recursos destinados aos fundos diretamente vinculados à Secretaria; (...) (Lei Complementar Municipal nº 508/2019)

Logo, é possível se inferir que a atuação das Secretarias Municipais, entes despersonalizados da Administração Pública Direta, deve se ater àquelas previstas na legislação local ou naquelas atribuídas especificamente pelo Prefeito Municipal, ou seja, não há previsão legal de que a delegação efetivada para realização das autorizações de pagamento ao Fundo Municipal de Saúde pelo Chefe do Executivo seja ratificada pelo Secretário Municipal de Saúde ou refeita pelo mesmo. Ademais, as normas prescritas, no Relatório Preliminar, não afastam a competência do Prefeito Municipal, autoridade



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



máxima do Poder Executivo, a possibilidade de autorizar os referidos pagamentos em delegação, conforme foi realizado ao tesoureiro do Município, subordinado à Secretaria Municipal de Finanças, cuja competência é expressa em lei municipal. Diante do exposto, justifica-se a não conformidade pelo atendimento das normativas que regem o Município, quais sejam, a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 508/2019 que não conferem atribuição legal à Secretaria Municipal de Saúde a autorização de pagamentos ao Fundo Municipal de Saúde, bem como estabelecem ao Prefeito Municipal competência e possibilidade de delegação para realização do mesmo.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria e em seguida, expõe a legislação municipal que contradiz a necessidade de gestor municipal de saúde autorizar os pagamentos de despesas. Citam que a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 508/2019 que não conferem atribuição legal à Secretaria Municipal de Saúde a autorização de pagamentos ao Fundo Municipal de Saúde, bem como estabelecem ao Prefeito Municipal competência e possibilidade de delegação para realização do mesmo e que "não conferem competência legal para que o Secretário Municipal de Saúde autorize ou delegue a autorização de pagamentos, ainda, que se refiram ao Fundo Municipal de Saúde".

Porém, a Lei nº 8.080/90 determina que a direção do SUS é única, exercida no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde (art.9º). A Lei Complementar nº 141/2012, art. 14, determina que o Fundo Municipal de Saúde é unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde. Ora, de acordo com o Glossário de Termos do Tesouro Nacional, unidade orçamentária "é um segmento da administração direta a que o orçamento consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição" e unidade gestora "é a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sobre descentralização". Diante do exposto, não pode a legislação municipal se sobrepor à legislação nacional. O gestor municipal de saúde tem poder conferido pelas legislações acima de gerir recursos orçamentários e financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Atribuir ao Secretário Municipal de Saúde autorização dos pagamentos nos processos de pagamento do FMS, conforme determina a Lei Complementar 141/2012, art. 14, Lei 4.320/64, art. 58, art. 63 e art. 64, Lei nº 8.080/1990, art. 9º, inciso III, art. 32, § 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 648234

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza o acompanhamento da execução do(s) instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com a Fundação Hospitalar São Sebastião para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: O acompanhamento da execução das ações previstas nos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital São Sebastião COVID-19 relacionados as informações e metas da assistência, deu-se através dos relatórios do SIHD2 referentes as



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



diárias de UTI COVID e dos procedimentos/internações realizados nas enfermarias clínicas aprovados e pagos mensalmente. Utilizaram também os relatórios de internações aprovadas do SUSFácil para análise dos cumprimentos dos termos de metas que estavam vinculados as solicitações de internação via SUSFácilMG. Recebiam como rotina diária através de e-mail e WhatsApp as informações de ocupação por pacientes COVID 19, separadas por setor e seus quantitativos, lançados em planilha descritiva que continham as informações de leito, setor, nome do paciente, idade, data da coleta do exame COVID, RT PCR, IGG/IGM teste rápido, Antígeno (swab) teste rápido e notificação. Quanto aos instrumentos jurídicos referentes as portarias federais que contemplaram a aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares, foram cumpridos os convênios estabelecidos. Todas as internações apresentadas, foram aprovadas pela SMS de Três Corações. Tal fato esta de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "n"; Resolução SES/MG Nº 7.160/2020, art. 7º e Anexo IV, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG Nº7.396/2021, art. 7º e Anexo IV, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG nº7.461/2021, art. 7º e Anexo III, indicador 1, item 2.5; Resolução SES/MG nº 7.482/2021, art.7º e Anexo IV indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG nº 7.595/2021, art. 7º e anexo IV, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG nº 7.683/2021, art. 7º e Anexo IV indicador 1 e item 1.7; Resolução SES/MG nº 7770/2021, Art. 7º e Anexo VI, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG nº 7.890/2021, art. 7º e Anexo V, indicador 1 e item 1.7.

Fonte da Evidência: -Relatórios de internações aprovadas pelo SUSFácil por paciente (abril de 2020 a dez de 2021);
-Espelhos de AIH (abril de 2021 a dezembro de 2021);
-Relatórios SIHD2 de diárias de UTI e procedimentos COVID-19 (abril a dezembro de 2021);
-Termo de Entrevista com secretário municipal de saúde R.G.N. na data de 12 de maio de 2021;
-1º Termo Aditivo ao Contrato nº0115/2019; aditamento para ações não contempladas na PPI (vigência 26/5 a 3/7/2020);
-Convênio nº04/2020; SUBVENÇÃO DA PT 1.448 DE 20/5/2020, com as regras básicas do recebimento de recursos públicos do SUS.
-Convênio nº05/2020; REFERENTE A PT 1393 DE MAIO DE 2020;
-Convênio nº06/2020; REFERENTE A EMENDA PARLAMENTAR, com as regras básicas do recebimento de recursos públicos do SUS, repassado através da Lei Municipal 4.499/2020.
-Convênio nº07/2020; REFERENTE A EMENDA PARLAMENTAR, com as regras básicas do recebimento de recursos públicos do SUS, repassado através da Lei Municipal 4.498/2020
-Convênio nº08/2020; REFERENTE A PT 1.666 DE 1/7/2020 ¿ COMPRA DE TOMOGRAFO
-Termo de Colaboração nº08/2020;
-Termo de Colaboração nº09/2020;
-Termo de Colaboração nº01/2021;
-Termo de Colaboração nº02/2021;
-Termo de Colaboração nº04/2021;
-Termo de Colaboração nº12/2021;
-Termo de Colaboração nº13/2021;
-Termo de Colaboração nº16/2021;
-Termo de Colaboração nº17/2021;
-Termo de Colaboração nº19/2021;
-Contrato nº023/2021 e aditivos.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 648260

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Fundação Hospitalar São Sebastião.

Evidência: A SMS de Três Corações realizou o acompanhamento da ocupação de leitos da FHSS através do recebimento de e-mail e WhatsApp que continham as informações de ocupação por pacientes COVID 19, separadas por setor e seus quantitativos,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



lançados em planilha descritiva com os dados: leito, setor, nome do paciente, idade, data da coleta do exame COVID, RT PCR, IGG/IGM teste rápido, Antígeno (swab) teste rápido e notificação. Também foram enviados pela FHSS as notificações dos casos por suspeita /confirmação de doença SRAG e dos óbitos por COVID. As informações de casos novos, notificações, óbitos e melhora eram disponibilizados em formato digital através do site da prefeitura de Três Corações- <http://www.trescoracoes.mg.gov.br/index.php/99-em-destaque/16299-covid-19>. Quanto aos leitos cadastrados no CNES, estes eram atualizados conforme solicitação do prestador e plano de contingência / Deliberações CIBSUS. Quanto as taxas de ocupação, a FHSS forneceu dados gerais, sem especificação para setores/COVID 19 ao término de 2021 (anual). Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV.

Fonte da Evidência:

- Cópias das planilhas de Internações diárias da FHSS referentes ao período de julho de 2020 a novembro de 2021;
- Relatórios de leitos , extraídos do CNES, datado de 11/03/2022;
- Cópia de relatório das taxas de ocupação de leitos COVID da FHSS (2021);
- Cópias das Fichas de Registro Individual - Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave Hospitalizados (abril, maio e junho de 2021);
- Cópia das notificações de óbito SRAG Hospitalizado (maio de 2020 a outubro de 2021).

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 648261

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza parcialmente controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pela Fundação Hospitalar São Sebastião, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS de Três Corações realiza o controle e avaliação da produção através do setor de regulação, que conta com um médico regulador/autorizador para procedimentos eletivos ambulatoriais e hospitalares. Para as internações de urgência, as análises são através do sistema SIHD2 e sua alimentação de dados, com geração da AIH e críticas do sistema. Caso seja necessário, o médico do município visita o hospital e verifica o prontuário para aprovação do pagamento. O setor de regulação recebe a produção do hospital que após análise do sistema, segue para o processamento do pagamento. Fornecido pela Sra. J.G.V, responsável pelo serviço de produção/informação, através do sistema SIHD2, os relatórios de produção dos pacientes COVID-19, por AIH, por procedimento e por diárias de UTI, referentes ao período auditado. O setor de regulação da SMS não possui relatório próprio para o controle e avaliação da produção mensal, referente a FHSS, não sendo apresentado documentação referente ao processo sistemático de monitoramento e fiscalização da execução dos procedimentos por meio de ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5º. Auditado sujeito a penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência:

- Relatórios de SIHD2 por AIH (abril 2021 a dezembro de 2021);
- Relatórios de internações aprovadas pelo SUSFácil por paciente (abril de 2020 a dezembro de 2021);
- Espelhos de AIH (abril de 2021 a dezembro de 2021);
- Termo de Entrevista com secretário municipal de saúde R.G.N. na data de 12 de maio de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023, a pessoa Jurídica: Fundo Municipal de Saúde de Três Corações/SMS foi notificado, entretanto o(a) atual secretário(a) municipal de saúde não se manifestou acerca da não conformidade.
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023, a pessoa Física: G.B.C.G. foi notificada, entretanto não se manifestou acerca da não conformidade

Análise da Justificativa: Resta a equipe informar que não houve apresentação de justificativa e/ou documentos comprobatórios (planilhas, relatórios, atas) conforme o detalhamento da evidência dessa constatação para análise. Diante do exposto, propõe-se aplicar a SMS de Três Corações a Penalidade de Advertência Escrita.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Promover o acompanhamento do controle e avaliação da produção dos seus prestadores através de seu setor de regulação (SCRA) com a execução de relatório próprio da produção mensal, principalmente das internações e procedimentos de média e alta complexidades, conforme constam na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III , Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648262

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Fundação Hospitalar São Sebastião conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados (Convênios nº06/2020, 07/2020, 1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021 e nos Termos de Compromisso nº809/7097 e 809/7461) e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Constatou-se que as Resoluções SES/MG nºs 7097/2020 e 7461/2021 regulamentaram a transferência de recursos financeiros para o enfrentamento da COVID-19 ao Fundo Municipal de Saúde de Três Corações tendo como destinatário final a Fundação Hospitalar São Sebastião. A Secretaria Municipal de Saúde assinou com a SES/MG os Termos de Compromisso nº809/7097 e 809/7461, respectivamente. A SMS de Três Corações é responsável pela inserção e validação das Prestações de Contas no sistema informatizado da SES/MG.

- Quanto à Resolução nº7097/2020 (Convênios nº06/2020 e 07/2020): A Fundação Hospitalar São Sebastião encaminhou a prestação de contas total ao Departamento de Contabilidade e Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal. A inserção e validação da Prestação de Contas no sistema informatizado da SES/MG ocorreu em 16/02/2022. Com relação ao processo de acompanhamento, controle e avaliação, não foram localizadas informações nos sistemas informatizados da SES/MG que comprovassem a realização deste processo pela SMS em até 90 dias após o término do prazo de vigência dessa resolução.

- Quanto à Resolução nº7461/2021 (1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021): A Fundação Hospitalar São Sebastião não encaminhou a prestação de contas à SMS de Três Corações e/ou outro setor municipal. No período da fase operativa desta auditoria, o campo para preenchimento das informações pela SMS não estava disponível no sistema informatizado da SES/MG.

As prestações de contas apresentadas pela fundação foram encaminhadas ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Três Corações com cópia para o Secretário de Finanças, revelando que a SMS não acompanha e não valida as prestações de contas da Fundação Hospitalar São Sebastião referentes aos recursos para enfrentamento da COVID-19. Em reunião com representantes da SMS de Três Corações, estes confirmaram que o controle interno da Prefeitura Municipal é que realiza este acompanhamento. Tal fato está em desacordo à Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II, Termo de Compromisso nº 809/7097 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES, I - AO MUNICÍPIO/SMS §2º alíneas g, t e w. Termo de Compromisso nº 809/7461 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES, I - AO MUNICÍPIO/SMS §2º alíneas h, i, j, v e w.

Fonte da Evidência: -Prestações de Contas apresentadas pela Fundação Hospitalar São Sebastião: Convênio nº06/2020, Convênio nº07/2020, 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato nº023/2021;

-Ata de Reunião Auditoria Programada - eixo COVID - ativ. 689 - Questões financeiras de 10/05/2022;

-Relatório operacional - status de assinatura de prestação de contas enviados pela Analista de Prestação de Contas Facilitadora do GEICOM/SIGRES da SRS/Divinópolis de 18/05/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMTC/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Estabelece a Portaria de Consolidação nº 02/2017: "(...) Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I) II - definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)(...)"

Já os Termos de Compromisso 809/7097 e 809/7461, dispõem que: "(...) CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá: I - AO MUNICÍPIO/SMS: §1º Quando o beneficiário dos recursos for o Fundo Municipal de Saúde: (...) g enviar as informações solicitadas, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela SES, durante a vigência deste TERMO; (...) t apresentar ao Conselho Municipal de Saúde, Relatório de Gestão nos mesmos prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, contendo a discriminação dos recursos estaduais; (...) w apresentar à SES-MG o processo eletrônico de acompanhamento, controle e avaliação em até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência deste TERMO;(...)"

O Departamento de Compras/Financeiro, por meio do já citado Memorando nº019/2023, informou que a prestação de contas da Fundação Hospitalar São Sebastião, em relação à Resolução nº 7461/2021, foi apresentada em 23/05/2022, ou seja, posteriormente, a fase operativa da auditoria, mencionando, ainda, a impossibilidade de lançamento no GEICOM, por ausência de informação a respeito Resolução indicada. Assim, em relação à Resolução nº 7461/2021, em que foi firmado o Termo de Compromisso 809.7461, estabelece que o processo de acompanhamento, controle e avaliação deveria ser feito dentro de 90(noventa) dias após o término da vigência do referido termo e não da Resolução, conforme informado em constatação no Relatório Preliminar.

Verifica-se que o Termo de Compromisso 809.7461 dispõe em sua Cláusula 6ª que a vigência do termo será de seis meses, contados da data assinatura do Termo, senão vejamos: (...) CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA O presente TERMO terá vigência de 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura(...). Assim, verifica-se que o termo final para a SEMS apresentar o processo de acompanhamento, avaliação e controle da prestação de contas feita pela FHSS, findou-se em 14/01/2022, nos termos da Clausula Segunda, parágrafo segunda, alínea w do referido compromisso. Ocorre que o recebimento do recurso financeiro foi realizado em 14/05/2021, o pagamento para a entidade beneficiada foi em 14/06/2021 e a prestação de contas, apenas em 23/05/2022, ou seja, considerando que a, fase operativa da presente auditoria, foi em 09/05/2022 e 13/05/2022, e que restou inclusive constatado em Relatório Preliminar que não havia sido apresentada a prestação de contas pela FHSS e que havia inconsistência do sistema GEICOM, não era possível que a SEMS realizasse o referido procedimento de avaliação e de controle, conforme apontado.

Já o Termo de Compromisso 809.7097 firmado para recebimento da Resolução 7097, estabelece também como obrigação do município o acompanhamento, controle e avaliação em 90(noventa) dias, após o término da vigência do referido termo, sendo que a sua vigência é estabelecida também na Cláusula 6ª, em que determina: (...) CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA O presente Termo de Compromisso terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados do efetivo recebimento do valor integral do recurso pelo beneficiário(...) Assim, considerando o referido termo, o prazo final para que a SEMS pudesse proceder a referida avaliação, findou-se em 30/12/2022, ou seja, se o recurso financeiro foi recebido em 04/06/2020, o pagamento para entidade beneficiada em 30/09/2020, a prestação de contas apresentada em 16/02/2022 e a fase operativa em 09/05/2022 a 13/05/2022, então, no período auditado, não havia se esgotado o prazo para realização do acompanhamento, do controle e da avaliação pelo gestor municipal. Diante disso, justifica-se as não conformidades pelos apontamentos citados, solicitando o afastamento da penalidade a que está sujeito.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria e em seguida, discorre sobre os prazos para apresentação das prestações de contas e acompanhamento, controle e da avaliação pelo gestor municipal no sistema de informação (GEICOM), reforçando o que havia sido exposto pela equipe de auditoria. Contudo a não conformidade apresentada diz



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



respeito ao fato de que "as prestações de contas apresentadas pela fundação foram encaminhadas ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Três Corações com cópia para o Secretário de Finanças, revelando que a SMS não acompanha e não valida as prestações de contas da Fundação Hospitalar São Sebastião referentes aos recursos para enfrentamento da COVID-19". Sobre o não acompanhamento e não validação da SMS das prestações de contas que foram encaminhadas a outros setores do município, não houve manifestação. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Acompanhar e validar os dados e informações referentes à prestação de contas da FHSS conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II, Termo de Compromisso nº 809/7097 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES, I - AO MUNICÍPIO/SMS §2º alíneas g e w, Termo de Compromisso nº 809/7461 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES, I - AO MUNICÍPIO/SMS §2º alíneas h, i, j.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 657454

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Fundação Hospitalar São Sebastião conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados (1º Termo Aditivo Contrato nº115/2019, Convênio nº04/20, Convênio nº 05/20, Convênio nº08/20, Termo de Colaboração nº08/20, Termo de Colaboração nº09/20, Termo de Colaboração nº 01/21, Termo de Colaboração nº02/21, Termo de Colaboração nº04/21, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/21, Termo de Colaboração nº16/21, Termo de Colaboração nº17/21, Termo de Colaboração nº19/21) e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde firmou instrumentos jurídicos para repasse dos recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados à Fundação Hospitalar São Sebastião para enfrentamento da COVID-19. Por estes instrumentos jurídicos, a Fundação Hospitalar São Sebastião está obrigada a prestar contas à Câmara Municipal e Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Controle Interno. Somente os Convênios nº04/2020, 05/2020 e 08/2020 incluem a necessidade de apresentação das Prestações de Contas à SMS, além dos outros órgãos/setores citados.

- Quanto aos Convênios nº04/20, 05/20 e 08/20: A Fundação Hospitalar São Sebastião encaminhou as prestações de contas ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Três Corações com cópia para o Secretário de Finanças e não apresentou as mesmas à SMS.

- Quanto ao 1º Termo Aditivo Contrato nº115/2019, Termo de Colaboração nº08/20, Termo de Colaboração nº09/20, Termo de Colaboração nº 01/21, Termo de Colaboração nº02/21, Termo de Colaboração nº04/21, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/21, Termo de Colaboração nº16/21, Termo de Colaboração nº17/21: A Fundação Hospitalar São Sebastião encaminhou as prestações de contas totais da utilização dos recursos ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Três Corações com cópia para o Secretário de Finanças.

- Quanto ao Termo de Colaboração nº19/21: A Fundação Hospitalar São Sebastião não encaminhou a prestação de contas à SMS de Três Corações e/ou outro setor municipal.

Todas as prestações apresentadas pela fundação foram encaminhadas ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Três Corações com cópia para o Secretário de Finanças, revelando que a SMS não acompanha e não valida as



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



prestações de contas da Fundação Hospitalar São Sebastião referentes aos recursos para enfrentamento da COVID-19. Em reunião com representantes da SMS de Três Corações, estes confirmaram que o controle interno da Prefeitura Municipal é que realiza este acompanhamento e que as somente as ações assistenciais são acompanhadas pelo Componente Municipal de Auditoria da SMS. Tal fato está em desacordo à Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II, PT GM/MG nº1.393/2020 art. 5º Parágrafo Único e art. 6º, PT GM/MS nº1.666/2020 art. 6º, Convênio nº004/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l, Convênio nº005/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l, Convênio nº008/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l.

Fonte da Evidência: -Prestações de Contas apresentadas pela Fundação Hospitalar São Sebastião: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº0115/2019, Convênio nº04/2020, Convênio nº05/2020, Convênio nº08/2020, Termo de Colaboração nº04/2021, Termo de Colaboração nº08/2020, Termo de Colaboração nº09/2020, Termo de Colaboração nº01/2021, Termo de Colaboração nº02/2021, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/2021, Termo de Colaboração nº16/2021, Termo de Colaboração nº17/2021, Termo de Colaboração nº19/2021;
-Ata de Reunião Auditoria Programada - eixo COVID - ativ. 689 - Questões financeiras de 10/05/2022;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMT/C/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Estabelece a Portaria de Consolidação nº 02/2017: (...) Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)

II- definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)(...)

As Portarias GM/MG nº 1.393/2020 e 1.666/2020 determinam que:

(...) Art. 5º A integralidade dos recursos transferidos às entidades beneficiadas deverá ser aplicada, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a Pandemia da Covid-19 e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos.(...) (PORTARIA nº 1.393/2020)

(...) Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado. (...) (PORTARIA nº 1.666/2020)

Já os Convênios nº 04/2020, 05/2020 e 08/2020 descrevem, igualmente, como obrigações do prestador:

(...) i) Apresentar as faturas dos serviços prestados de conformidade com o previsto pelas normas da Secretaria Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde.

k) Prestar Contas à Câmara Municipal, à Secretaria Municipal de Controle Interno e à Secretaria Municipal de Saúde, em até 12(doze) meses após o recebimento do repasse;

l) Da prestação de contas, deverá constar ainda todo o movimento financeiro (...)

Verifica-se que a maioria dos instrumentos firmados estabelece como prazo para prestação de contas pela FHSS ao Município o período de até 12(doze) meses após o recebimento do repasse, sendo o fluxo direcionado inicialmente a Secretaria Municipal de Controle Interno - SEMCI, diante do que estabelece a já citada Lei Complementar Municipal nº



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



508/2019:

(...) Art. 20. A Secretaria Municipal de Controle Interno tem por finalidade básica, através de uma atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que concerne à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, competindo-lhe:

I - exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções, renúncia de receitas;

III - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;(...)

Assim, indubitável é que, tanto os instrumentos jurídicos, quanto a legislação municipal, estabelecem a competência prioritária da referida "pasta" em realizar fiscalização e gestão fiscal, orçamentária e administrativa de recursos recebidos pelo Município.

Ressalta-se que a referida competência, como apontado no Relatório Preliminar, não afasta a necessidade da SEMS em proceder à avaliação, ao controle e ao acompanhamento dos valores que foram repassados para combate ao COVID-19, porém, considerando essa disposição, prevista na legislação local, entende-se que não houve descumprimento do previsto nas normativas apontadas como transgredidas pela SEMS, já que, conforme informado pelo Departamento de Compras/Financeiro, a questão, ainda se encontra em trâmite na Secretaria. Destarte, justifica-se a não conformidade, consoante exposta acima, requerendo

o afastamento da penalidade imposta.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria e em seguida, discorrem sobre a legislação municipal, em que se considera que a competência prioritária em realizar fiscalização e gestão fiscal, orçamentária e administrativa de recursos recebidos pelo Município é da Secretaria Municipal de Controle Interno. Contudo, conforme apontado no Relatório de Auditoria, as justificativas apresentadas não afastam a necessidade da SMS em proceder à avaliação, ao controle e ao acompanhamento dos valores que foram repassados para combate ao COVID-19. Apesar do reconhecimento da necessidade de controle, avaliação e acompanhamento pela SMS, as justificativas não apresentam argumentos e/ou documentos comprobatórios que evidenciam ações da SMS para correção da não conformidade. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Acompanhar e validar os dados e informações referentes à prestação de parcial e/ou total de contas do prestador Fundação Hospitalar São Sebastião conforme estabelecido Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II, PT GM/MG nº1.393/2020 art. 5º Parágrafo Único e art. 6º, PT GM/MS nº1.666/2020 art. 6º, Convênio nº004/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l, Convênio nº005/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l, Convênio nº008/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l, Termo de Colaboração nº16/21, Termo de Colaboração nº17/21, Termo de Colaboração nº19/21, Convênio nº008/2020 - Cláusulas 8ª, alíneas i, k e l.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648269

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A SMS de Três Corações não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e não os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A SMS de Três Corações apresentou o PMS 2018-2021 e as PAS 2020 e 2021 com as resoluções de aprovação pelo CMS. Porém, a análise destes documentos revelou que não foram realizados ajustes no PMS 2018-2021 e na PAS 2020 inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. A PAS 2021 não contém informações referentes ao enfrentamento a COVID-19. Com ausência dos ajustes dos instrumentos, não houve nova submissão ao CMS. Foram apresentados os Planos Municipais de contingência da COVID-19, de vacinação da COVID-19 e do óbito com informações de que seriam anexados ao PMS, o que não foi realizado até o momento. Tal fato está desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: Plano Municipal de Saúde 2018-2021;

Programação Anual de Saúde de 2020 e 2021;

Resolução CMS de Três Corações nº01/2018 de 16/01/2018;

Ata 295 ordinária Reunião Mensal do Conselho Municipal de Saúde de 24/04/2019;

Resolução CMS de Três Corações nº04/2019 de 24/04/2019;

Resolução CMS de Três Corações nº05/2020 de 25/05/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMT/C/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Estabelece a Portaria de Consolidação nº 01/2017: (...) Art. 96. O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º)

§ 3º A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando: (Origem: PTMS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º)

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde: (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I)

a) estrutura do sistema de saúde; (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, a)

b) redes de atenção à saúde; (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, b)

c) condições sócio sanitárias; (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, c)

d) fluxos de acesso; (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, d)

e) recursos financeiros; (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, e)

f) gestão do trabalho e da educação na saúde; e (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, f)

g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão. (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, g)

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, II)

III - o processo de monitoramento e avaliação. (Origem: PT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, III) (...)

(...) § 7º O Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP. (Redação dada pela PT/ GM/MS nº 750 de 29.04.2019)(...) Já a NOTA



TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, dispõe que:

(...) 4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19 4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4. (...)

4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravamento não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.(...)

(...) 4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS. (...)

5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3 e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.(...)

Conforme preliminarmente narrado, a pandemia do COVID-19 foi um evento totalmente inesperado e indefinido, ou seja, até que se conhecesse melhor a doença e os níveis de tecnologia a fim de combatê-la, foi humanamente impossível a definição de um prazo para encerrá-la.

Verifica-se que o Município não se manteve inerte a realização das ações e planejamento junto ao Conselho Municipal de Saúde para traçar estratégias de saúde, pelo contrário, conforme Resoluções e Planos de Contingenciamento em anexo, foi possível se identificar que a cada alteração epidemiológica ou mudança de cenário a SEMS se empenhou para poder tomar todas as medidas possíveis e viáveis a solução dos problemas que correspondiam a realidade local.

Assim, pelas normas citadas como transgredidas, não foi estabelecido prazo para lançamento das referidas alterações do PAS e PMS justamente, porque a cada mudança de cenário haveria a necessidade de lançamento da sua correspondente ação.

Ora, o encerramento oficial da pandemia do COVID-19 pela OMS apenas se deu no mês passado (Maio/2023), portanto, é possível se afirmar que apenas agora é razoável que possa realizar a apuração de tudo que foi realizado a fim de concretizar as informações em conformidade ao apontado em Relatório Preliminar, o que essa SEMS se compromete a realizar. Portanto, justifica-se a não conformidade, consoante exposta acima, requerendo o afastamento da penalidade imposta.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria. Ao final, afirmam que não há prazo para realizar alterações no PMS e na PAS e se comprometem a realizá-las. Apesar da NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS não explicitar os prazos para alterações, o PMS e PAS compõe a engrenagem do processo de planejamento municipal em saúde e a ausência das alterações no PMS e PAS comprometem o ciclo de planejamento, acompanhamento, avaliação e prestação de contas (RAG). O envio, pela SMS, dos planos de ações para enfrentamento à COVID- 19 ao CMS de Três Corações (anexos VIII e IX) não foi questionado pela equipe de auditoria. A não conformidade se dá pela não alteração do PMS e PAS e sua posterior submissão ao CMS. As justificativas não apresentam documentos comprobatórios que evidenciam ações da SMS para correção da não conformidade. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Recomendação: Promover ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e submete-las a aprovação do Conselho Municipal de Saúde conforme preconizado pela Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648270

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: A SMS de Três Corações apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid-19.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Três Corações apresentou os RDQAs do 1º, 2º e 3º Quadrimestre dos anos de 2020 e 2021 ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações das ações realizadas referentes ao enfrentamento da COVID-19. A análise dos RDQAs dos 3º Quadrimestres de 2020 e 2021 demonstrou que no item 3.1 foram relatadas as Ações da Atenção Básica - Ações COVID-19 contendo número total de pacientes-casos positivos, pacientes recuperados, pacientes síndrome gripal, pacientes alta de síndrome gripal, monitoramento de barreira sanitária, testes rápidos realizados para COVID-19 e total de pacientes monitorados. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: 1º, 2º e 3ºs RDQAs dos anos de 2020 e 2021;

Resolução CMS nº 07/2020 de 15/07/2020;

Resolução CMS nº010/2020 de 09/10/2020;

Resolução CMS nº001/2021 de 05/03/2021;

Resolução CMS nº004/2021 de 23/07/2021;

Resolução nº008/2021 de 16/11/2021;

Resolução CMS nº001/2022 de 16/02/2022;

CI 0132.2021-SEGOV Solicitação de Audiência Pública RDQA 3º Quadrimestre 2020;

CI 0437.2021-SEGOV Solicitação de Audiência Pública RDQA 1º Quadrimestre 2021;

CI 01080.2021-SEGOV Solicitação de Audiência Pública RDQA 2º Quadrimestre 2021;

CI 0297.2022-SEGOV Solicitação de Audiência Pública RDQA 3º Quadrimestre 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648271

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Três Corações elaborou o RAG 2020 e o submeteu ao CMS, que aprovou o documento em 28/06/2021. O RAG 2020 não contempla as ações realizadas para o enfrentamento da Pandemia COVID-19. As únicas ações descritas estão no campo "Considerações" do documento citando a instituição do Comitê Gestor de Enfrentamento da Pandemia COVID-19 e a criação do Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pela COVID-19. Sobre os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19, o RAG 2020 apresenta quadros como: item 9.4 - planilha de Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo o bloco de financiamento e programa de trabalho e em ANEXOS, planilha de despesas totais - COVID-19 e planilha de despesas filtradas e de receitas COVID-19. Não existe comparativo entre as ações pactuadas e realizadas, mesmo porque não houve alteração da PAS 2020 para inclusão das ações COVID-19. Não houve descrição do quantitativo de ações atingidas com os valores apresentados nas planilhas de despesas, o que indica que não houve apresentação de prestação de contas no RAG 2020. Não foi apresentado o RAG 2021. Tal fato está em desacordo Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV, Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV, Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art.21 § 5º, PT GM/MG nº1393/2020 art. 5º Parágrafo Único e art. 6º, PT GM/MS nº1666/2020 art. 6º, Resolução SES/MG Nº 7.097, DE 08 DE MAIO DE 2020 art. 6º.

Fonte da Evidência: Relatório Anual de Gestão 2020;
Resolução CMS de Três Corações nº004/2021;
Ata da 310ª Reunião Extraordinária do CMS de Três Corações de 28/06/2021;
Ata de Reunião Auditoria Programada - eixo COVID - ativ. 689 - Questões financeiras de 10/05/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMTC/JUR.JC, de 29/06/2023

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 1 e 2:

As normas apontadas como transgredidas dispõem que:

(...) Art. 4º Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

(...) IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4º do art. 33 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; (...) (LEI nº 8.142/1990)

(...) Art. 31. Os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

(...) II - Relatório de Gestão do SUS; (...) Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

(...) § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.(...)

Art. 39. Sem prejuízo das atribuições próprias do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas de cada ente da Federação, o Ministério da Saúde manterá sistema de registro eletrônico centralizado das informações de saúde referentes aos orçamentos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluída sua execução, garantido o acesso público às informações.(...)(LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012)

(...) Art. 99. O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º) § 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º)

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, I)

II - as metas da PAS previstas e executadas; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, II)

III - a análise da execução orçamentária; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, III)

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde. (Origem: PRT MS/GM



2135/2013, Art. 6º, § 1º, IV)(PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO 01/2017)

Art. 6º A comprovação da aplicação de recursos transferidos aos Estados e aos Municípios far-se-á: (...) § 3 - O relatório de gestão compõe-se dos seguintes elementos:

I- programação e execução física e financeira do orçamento, de projetos, de planos e de atividades;

II- comprovação dos resultados alcançados quanto à execução do plano de saúde de que trata o inciso III do art. 4º da Lei nº 8.142, de 1990;

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios aplicados no setor saúde, bem como das transferências recebidas de outras instâncias do SUS;

IV - documentos adicionais avaliados nos órgãos colegiados de deliberação própria do SUS.(...) (DECRETO FEDERAL Nº 1.651/1995)

(...)2. SOBRE O DIGISUS GESTOR - MÓDULO PLANEJAMENTO 2.1. O digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) foi regulamentado pela Portaria de Consolidação no 1, de 28 de setembro de 2017, artigos 435 a 441.

(...) 4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vem sendo realizadas em relação à COVID-19. (...)

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS. (...)

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG.(...) (NOTA TÉCNICA Nº 7/2020 CGFIP/DGIP/SE/MS)

(...) DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO Art. 21 - Para cada Termo de Metas ou de Compromisso celebrado será elaborado processo eletrônico para acompanhamento, controle e avaliação, a ser apresentado à SES em até noventa dias após o término do prazo de vigência.

(...) § 5º - Os entes federados que receberem recursos FES no respectivo Fundo de Saúde devem apresentar anualmente o Relatório de Gestão, apresentado ao Conselho Municipal de Saúde, nos mesmos prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, contendo a discriminação dos recursos estaduais transferidos, sem prejuízo do acompanhamento periódico.

(...)(DECRETO ESTADUAL Nº 45.468/2010)

(...) Art. 5º(...) Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos.

(...) Art. 6º A prestação de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre a aplicação dos recursos, será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG.(...) (PT GM/MG nº 1393/2020)

(...) Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.(...)(PT GM/MS nº 1666/2020)(...)

(...)Art. 6º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será realizada por meio dos procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 45.468/2010, bem como pelo Relatório Anual de Gestão (RAG), previsto na Lei de 28 de setembro de 1995.(...)(RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7097/2020)- Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e no Decreto Federal nº 1.651, Indubitável é que a própria norma citada estabelece a autonomia do ente público em proceder as adequações e ajustes necessários a complementar as ações e políticas públicas a serem implementadas no RAG.

Assim, é imprescindível que, tal como foi citado no item anterior, nada impede que a SEMS após definitivamente o encerramento da pandemia do COVID-19 proceda o referido lançamento, sem que haja violação de qualquer norma que enseje a penalidade sugerida em Relatório Preliminar. Portanto, justifica-se a não conformidade, consoante exposta acima, requerendo o afastamento da penalidade imposta.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: 1 e 2 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria. Ao final, afirmam que não há nenhum impedimento para lançamento dos dados no RAG, após encerramento da pandemia COVID-19. Mesmo alegando não haver impedimento, a SMS não apresentou documentos comprobatórios que evidenciam ações para correção da não conformidade. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13 759.512/0001-88

Recomendação: Contemplar as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19 nos RAGs 2020 e nos RAGs subsequentes conforme determinado pela Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV, Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV, Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art.21 § 5º, PT GM/MG nº1393/2020 art. 5º Parágrafo Único e art. 6º, PT GM/MS nº1666/2020 art. 6º, Resolução SES/MG Nº 7.097, DE 08 DE MAIO DE 2020 art. 6º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13 759.512/0001-88

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 648272

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PPA

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS de Três Corações não promoveu a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Três Corações não promoveu a devida alteração e/ou complementação nas LDO/LOA de 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Não houve abertura de crédito extraordinário para compor as receitas do orçamento da saúde referente aos créditos decorrentes das transferências de recursos da União e do Estado para ações de enfrentamento da COVID-19. Não foram identificadas ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19 nas LDO/LOA de 2021. Não foi criado detalhamento na classificação orçamentária por fonte de recursos, que permita identificar a destinação do recurso ao enfrentamento da pandemia e se foi criado programa ou ação específica para as despesas relacionadas a COVID-19 na LOA de 2021. Tal fato está em desacordo com a Emenda Constitucional nº 106/2020, art.5, inciso I, Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III, Instrução Normativa Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Fonte da Evidência: Lei nº 4.455/2019 de 18/12/2019;

Lei nº4.424/2019 de 26/07/2019 e anexos;

Lei nº 4.536/2020 de 30/12/2020;

Lei nº 4.492/2020 de 29/07/2020;

Lei nº 4.537/2020 de 30/12/2020 e anexos;

Quadro Demonstrativo de Despesas (QDD) 2020;

QDD 2021;

Orçamento Saúde 2020;

Orçamento Saúde 2021.

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, a pessoa física Sr. R.G.N. foi notificado e não se manifestou acerca da não conformidade.

2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, a Sra. S.M.A.G., representante da Pessoa Jurídica da SMS de Três Corações foi notificada e encaminhou manifestação pelo Ofício nº 173/2023/SEMS/PMTC/JUR.JC, de 29/06/2023

3 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023, a Sra. G.B.C.G., pessoa física foi notificada e encaminhou a manifestação pelo Ofício nº001/2023, de 29/06/2023.

Manifestação encaminhada pelos Ofícios dos itens 2 e 3:

Determinam as normas prescritas: () Art. 5º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional e de seus efeitos sociais e econômicos deverão:

I - constar de programações orçamentárias específicas ou contar com marcadores que as identifiquem; (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106/2020)

() Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

I - as programações orçamentárias cuja finalidade seja exclusivamente o enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos deverão conter o complemento covid-19 no título ou no subtítulo da ação orçamentária, sem prejuízo de sua combinação como o marcador de que trata o inciso II;

II - as autorizações de despesas constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e de seus créditos adicionais abertos, que sejam direcionadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos, mas constem de programações orçamentárias que não se destinem exclusivamente a essa finalidade, deverão receber marcador de plano orçamentário cuja codificação será iniciada por CV; ou

III - as demais autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos que não puderem, por razões técnicas devidamente justificadas, ser identificadas na forma definida nos incisos I e II, deverão ser identificadas na forma a ser definida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e disponibilizadas para acesso público em sítio eletrônico. (Decreto Federal nº 10.360/2020)

Preliminarmente, quanto à constatação apontada, importante ressaltar que não foi identificada a Instrução Normativa nº 41/2020 a qual essa auditoria aponta como norma transgredida. Conforme informado pelo Departamento Municipal de Compras/Financeiro, a SEMS realizou a criação de um centro de custos com a especificação para despesas do COVID-19 e, diante disso, entende que houve a referida adequação e alteração financeira, no que se referem os recursos recebidos.

Ademais, no que se refere a não promoção dos ajustes nas referidas legislações, tal como nos itens anteriores, com o encerramento da pandemia no presente, a SEMS se vê condicionada a realização da concretização de todas as ações possíveis e viáveis que foram realizadas e adequações financeiras que forem possíveis. Assim sendo, justifica-se a não conformidade, consoante exposta acima, requerendo o afastamento da penalidade imposta.

Análise da Justificativa: 2 e 3 - As justificativas enviadas abordam, inicialmente, o embasamento legal da não-conformidade apontada pela auditoria. O auditado informa que não foi identificada a Instrução Normativa nº 41/2020. Ao final, informa que realizou alterações na identificação dos recursos financeiros COVID-19 com a criação do centro de custos e que poderá adequar as LDO e LOA, com o encerramento da pandemia. Sobre a instrução normativa não localizada, trata-se da Instrução Normativa SOF (Secretaria do Orçamento Federal) publicada em 29/06/2020. Sobre a adequação da LDO e LOA, apesar de argumentar que poderá ser realizada, não apresentou documento que comprove ação da SMS neste sentido. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13 759.512/0001-88



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Promover a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19 conforme determina a Emenda Constitucional nº 106/2020, art.5, inciso I, Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III, Instrução Normativa SOF Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES CORACOES	13.759.512/0001-88

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/05/2023

Ofício Nº: 2462023

Data: 03/05/2023

Observações: ofício relatório preliminar - pessoa jurídica G.B.C.G Secretaria Municipal de Saúde de TrêsCorações

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/05/2023

Ofício Nº: 2472023

Data: 03/05/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: ofício relatório preliminar - pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/05/2023

Ofício Nº: 2482023

Data: 03/05/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: ofício relatório preliminar - pessoa física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio dos Ofícios de Notificação: Ofício SES/AUDSUS nº. 246/2023 de 02/05/2023, Ofício SES/AUDSUS nº. 247/2023 de 02/05/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 248/2023 de 02/05/2023, foram encaminhados o Relatório Preliminar de Auditoria nº 689 ao auditado Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações, a Sra. G. B. C. G. (Secretária municipal de Saúde) e ao R. G. N., para conhecimento e manifestação. Os ofícios de Notificação foram recebidos: pela SMS de Três Corações em 18 / 05/2023 conforme AR BR 43070786-7 BR , pela Sra. G. B. C. G. em 18/05/2023 conforme AR BR 43070786 7 BR e pelo Sr. R. G. N. em 18/05/2023 conforme AR BR 43070785 3 BR . Em 23/05/2023, através do Ofício 123/2023/SEMS/PMTC/JUR a SMS de Três Corações solicitou a prorrogação do prazo para manifestação que lhe foi concedida por meio do Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG Nº. 4/2023 de 25/05/2023 encaminhado ao auditado via e-mail SEI Nº 66661140 no Processo nº 1320.01.0134924/2021-79. A Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações encaminhou tempestivamente manifestação por meio do Ofício 173/2023/SEMS/PMTC/JUR.JC datado de 29/06/2023. A Sra. G. B. C. G. encaminhou tempestivamente manifestação por meio do documento 001/2023 datado de 29/06/2023 e o Sr. R. G., não apresentou manifestação acerca das não conformidades apresentadas. As justificativas e documentação , apresentadas pela SMS de Três Corações e pessoa física foram analisadas tendo o não acatamento pela equipe devido a não correção das irregularidades e/ou falta de comprovação documental das alegações. Assim, a equipe emitiu o Relatório Final de Auditoria que foi encaminhado ao auditado SMS de Três Corações e demais agentes responsáveis, concedendo-lhes prazo para interposição de recurso em segunda instância.



VIII - CONCLUSÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações foi auditada pela equipe de auditoria da SES/MG e o objetivo de avaliar os repasses, utilização dos recursos financeiros e as ações assistenciais de enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021, foi alcançado. Três Corações é município pertencente a macrorregião de saúde Sul, habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG N.º2.683 de 09/03/2018. A unidade visitada foi o Hospital São Sebastião, a referida unidade hospitalar foi definida no Plano de Contingência Operativo da Macrorregião SuL para o município de Três Corações, por ter atendimento ao SUS. Dessa forma, no que se refere a execução orçamentária e repasses dos recursos financeiros destinados ao enfrentamento da COVID -19 para o Hospital São Sebastião foram identificadas as irregularidades: atraso no repasse dos recursos dos Convênio nº06/2020, Convênio nº07/2020, 1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021 referente as Resoluções Estaduais. Atraso no repasse dos recursos do Convênio nº04/2020, Convênio nº05/2020, Convênio nº08/2020, Termo de Colaboração nº04/2021, Termo de Colaboração nº08/2020, Termo de Colaboração nº09/2020, Termo de Colaboração nº01/2021, Termo de Colaboração nº02/2021, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/2021, Termo de Colaboração nº16/2021, Termo de Colaboração nº17/2021, Termo de Colaboração nº19/2021 e Contrato nº023/2021 referentes as portarias ministeriais (Federal). Quanto as não conformidades de gestão administrativa verificou-se que o Secretário Municipal de Saúde não assina como o autorizador de pagamentos nos processos de pagamento do FMS referentes às ações de média e alta complexidade dos recursos destinados ao Hospital São Sebastião. A SMS não validou os dados e informações referentes à prestação de contas do prestador conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados : Convênios nº06/2020, 07/2020, 1º e 2º Termo Aditivo ao Contrato nº023/2021, Termos de Compromisso nº809/7097 e 809/7461; 1º Termo Aditivo Contrato nº115/2019, Convênio nº04/20, Convênio nº 05/20, Convênio nº08/20, Termo de Colaboração nº08/20, Termo de Colaboração nº09/20, Termo de Colaboração nº 01/21, Termo de Colaboração nº02/21, Termo de Colaboração nº04/21, Termo de Colaboração nº12/2021, Termo de Colaboração nº13/21, Termo de Colaboração nº16/21, Termo de Colaboração nº17/21, Termo de Colaboração nº19/21) e normas que regulamentam os repasses. No que diz respeito aos instrumentos de gestão a SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e não os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e o RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia e não promoveu a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. No que tange ao Serviço de Regulação, Controle e Avaliação a SMS realizou parcialmente controle e avaliação da produção referente as internações realizadas no prestador Hospital São Sebastião referente aos atendimentos de casos da COVID-19. A SMS de Três Corações apresentou justificativas que após análise da equipe, não foram acatadas e deverá adotar as medidas constantes no campo Recomendação do Relatório Final, no sentido de sanar as não conformidades detectadas e adequá-las às legislações vigentes com apresentação de recurso à Junta de Recursos da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, para análise em 2ª Instância.

ENCAMINHAMENTOS:

Encaminhamento do Relatório Final de Auditoria nº 689, para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª instância:

- 1 - Ofício de Aplicação de penalidades à Secretaria Municipal de Saúde de Três Corações;
- 2 - Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a pessoa física responsável, G. B.C. G.; 3 - Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a pessoa física responsável, R. G. N.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. À Superintendência Regional de Saúde de Varginha;
2. Ao Conselho Municipal de Saúde de Três Corações.



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome	CPF
------	-----





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

ANEXO 01 - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Três Corações

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Três Corações à Fundação São Sebastião no período de 01/03/2020 a 31/12/2021

SMS			INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Data Recebimento	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	18/06/2020	XXXX	1516/2020	1º Termo Aditivo ao Contrato nº 115/2019	4661/2020	25/06/2020	1.440.000,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	1.440.495,69	03/07/2020	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	04/06/2020	XXXX	1448/2020	Convênio nº 04/2020	4945/2020	06/07/2020 07/07/2020	4.247.807,17	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	4.351.002,18	31/12/2020	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	26/05/2020	XXXX	1393/2020	Convênio nº 005/2020	4944/2020	06/07/2020	402.897,81	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	403.181,15	31/12/2020	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	21/08/2020	XXXX	1666/2020	Convênio nº 08/2020	7543/2020	07/10/2020	1.175.138,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	1.167.668,00	31/12/2020	Sim Saldo restante devolvido à SMS
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	21/08/2020	XXXX	1666/2020	Termo de Colaboração nº 04/2021	2559/2021	09/04/2021	500.000,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	500.033,00	31/07/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 66240460	FNS	25/09/2020	XXXX	2420/2020	Termo de Colaboração nº 08/2020	8538/2020	06/11/2020	480.000,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	481.214,88	31/12/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 66240460	FNS	13/11/2020	XXXX	2993/2020	Termo de Colaboração nº 09/2020	10056/2020	22/12/2020	480.000,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	480.925,78	31/12/2020	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 66240460	FNS	18/12/2020	XXXX	3245/2020	Termo de Colaboração nº 01/2021	673/2021	28/01/2021	480.000,00	BB Ag. 012-4 c/c 5720-7	489.496,96	31/12/2021	Sim



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 01 - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Três Corações

SMS			INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Data Recebimento	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	24/12/2020	XXXX	3481/2020	Termo de Colaboração nº 02/2021	2305/2021	30/03/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	960.213,36	31/03/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	16/03/2021 - 480.000,00 25/03/2021 - 480.000,00	XXXX	373/2021 Comp. Fev/Mar 2021	Termo de colaboração nº 12/2021	3209/2021	11/05/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	960.928,56	15/06/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	16/03/2021 - 480.000,00 24/03/2021 - 480.000,00	XXXX	431/2021 Comp. Fev/Mar 2021	Termo de colaboração nº 13/2021	3210/2021	10/05/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	960.998,29	15/06/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	13/05/2021	XXXX	897/2021 Comp. abr/2021	Termo de Colaboração nº 16/2021	4860/2021	29/06/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	960.167,64	15/08/2021	Sim
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	01/06/2021	XXXX	1.059/2021 Comp. mai/2021	Termo de Colaboração nº 17/2021	5788/2021	21/07/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	804.460,59	30/08/2021	Sim. Prorrogação de vigência para execução de saldo remanescente
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	08/07/2021	XXXX	1.453/2021 Comp. jun/2021	Termo de Colaboração nº 19/2021	7867/2021	21/09/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	695.804,88*	30/09/2021	Não. * Valor gasto apurado pela auditoria por meio de somatória das NF apresentadas até nov/2021
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	27/10/2021	XXXX	2336/2021 Comp. ago/2021	Contrato nº 23/2021	11809/2021	27/12/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	XXXX	10/02/2022	Utilização do recurso posterior à abrangência da Auditoria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 01 - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Três Corações

SMS			INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Data Recebimento	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	27/10/2021	XXXX	2730/2021 Comp. Set/2021	Contrato nº 23/2021	11810/2021	28/12/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	XXXX	10/02/2022	Utilização do recurso posterior à abrangência da Auditoria
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	03/12/2021	XXXX	3202/2021 Comp. Out/2021	Contrato nº 23/2021	11811/21	29/12/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	XXXX	10/02/2022	Utilização do recurso posterior à abrangência da Auditoria
CEF Ag. 1562 c/c 6240460	FNS	03/12/2021	XXXX	3340/2021 Comp. Nov./2021	Contrato nº 23/2021	11812/21	30/12/2021	960.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	XXXX	10/02/2022	Utilização do recurso posterior à abrangência da Auditoria
TOTAL FNS						18.805.842,98			13.960.786,08			
BB Ag.012-4 c/c 81.221-8	FES	04/06/2020	7097/2020 Emenda parlamentar nº 52656/20	n/a	Convênio nº 06/2020	7418/2020	30/09/20	60.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	60.038,55	31/12/2020	Sim
BB Ag.012-4 c/c 81.222-6	FES	04/06/2020	7097 Emenda parlamentar nº 46362/20	n/a	Convênio nº 07/2020	7419/2020	30/09/20	100.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	99.341,57	31/12/2020	Sim
					Contrato nº 23/2021 1º e 2º Termo Aditivo	3991/2021	14/05/2021	200.000,00	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	170.795,51*	10/02/2022	Não. * Valor gasto apurado pela auditoria por meio de somatória das NF apresentadas até out/2021
BB Ag.012-4 c/c 83021-6	FES	14/05/2021	7461/2021	n/a								



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 01 - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Três Corações

SMS			INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Data Recebimento	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
BB Ag.012-4 c/c 83.223-5	FES	26/05/2021	7511/2021	n/a	Contrato nº 23/2021 1º e 2º Termo Aditivo	3990/2021	26/05/2021	145.546,22	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	n/a	Ressarcimento	n/a
BB Ag.012-4 c/c 83.223-5	FES	24/06/2021	7546/2021	n/a	Contrato nº 23/2021 1º e 2º Termo Aditivo	5491/2021	24/06/2021	243.680,65	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	n/a	Ressarcimento	n/a
BB Ag.012-4 c/c 83.223-5	FES	27/08/2021	7655/2021	n/a	Contrato nº 23/2021 1º e 2º Termo Aditivo	8801/2021	27/08/2021	278.616,31	BB Ag.012-4 c/c 5720-7	n/a	Ressarcimento	n/a
TOTAL FES								1.027.843,18		159.380,12		
TOTAL GERAL								19.833.686,16		14.120.166,20		

Fonte: Consulta das transferências do FNS ao FMS de Três Corações em 29/04/2022 - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>; consulta ao Portal Transparência de Três Corações em 30/04/2022 - <https://trescoracoes-mg.portalp.com.br/>; : B.O. (Business Object) extraído em 05/05/2022, Relatório de pagamentos COVID operacionalizados pela SUBREG/SES-MG extraído em 29/04/2022, extratos bancários CEF Ag. 1562, conta corrente 624046-0 do período março/2020 a dezembro/2021, BB Ag 012-4 c/c 81.221-8, c/c 81.222-6 e c/c 83021-6, Processos de Pagamentos referente aos Empenhos nºs. 4661/20, 4945/20, 4944/20, 7419/20, 7543/20, 2559/21, 8538/20, 10.056/20, 673/21, 2305/21, 3209/21, 3990/21, 3991/21, 4860/21, 5788/21, 7867/21, 11809/21, 11810/21, 11811/21, 11812/21.



ANEXO 02 - Texto do campo Evidência da constatação nº 648220

Anexo 02 – Texto do campo Evidência da constatação nº 648220

A SMS de Três Corações celebrou instrumentos jurídicos com a Fundação Hospitalar São Sebastião para repasse de recursos financeiros recebidos referente ao enfrentamento da COVID-19 (Anexo 01 deste relatório), que estão formalizados conforme os critérios exigidos na legislação, sendo eles:

- Contrato nº 0115/2019 (1º Termo Aditivo assinado em 26/05/2020), com recursos da Portaria GM/MS nº 1516/2020, esse Contrato refere-se à contratação da Fundação Hospitalar São Sebastião do município de Três Corações que irá realizar procedimentos do SUS, em média e alta complexidade nas modalidades ambulatorial e hospitalar, pertencentes aos grupos 02, 03, 04, 08 e 09 da Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos e OPM do MS/SUS, conforme grupos, subgrupos e formas de organização, nas quantidades especificadas dos procedimentos ambulatoriais e dos procedimentos hospitalares, a serem executados nas dependências do interessado, conforme especificados anteriormente, sendo o Termo Aditivo referente à alteração da Cláusula 3ª (alteração do prazo) do Contrato nº0115/2019 firmado em 04/06/2019;

- Convênio nº 04/2020 de 01/07/2020, com recursos da Portaria GM/MS nº 1448/2020, referente à repasse do recurso financeiro oriundo da Portaria nº 1448 de 29/05/2020, do Ministério da Saúde, para ações do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – valor R\$4.247.807,17 (quatro milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e sete reais e dezessete centavos), bem como para atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia COVID-19, junto à Fundação Hospitalar São Sebastião.

- Convênio nº 05/2020 de 01/07/2020, com recursos da Portaria GM/MS nº 1393/2020, referente à repasse do recurso financeiro oriundo da Portaria nº 1393 de 21/05/2020, do Ministério da Saúde, para ações do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – valor R\$ 402.897,81 (quatrocentos e dois mil oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), bem como para atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia COVID-19, junto à Fundação Hospitalar São Sebastião.

- Convênio nº 08/2020 de 24/09/2020, com recursos da Portaria GM/MS nº 1666/2020, referente à repasse do recurso financeiro oriundo da Portaria nº 1666 de 01/07/2020, do Ministério da Saúde, para ações do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no exercício 2020, tendo como finalidade a aquisição de equipamento médico hospitalar – aparelho de tomografia 16 canais – 32 cortes, conforme plano de trabalho da Fundação Hospitalar São Sebastião;

- Termo de Colaboração nº08/2020 de 28/10/2020, com recursos da Portaria GM/MS nº 2420/2020, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C. , nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº2420, de 11/09/2020 do Ministério da Saúde/GM, que prorroga as habilitações de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI Adulto, tipo II – COVID-19 e estabelece recurso financeiro do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - grupo coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios;

- Termo de Colaboração nº09/2020 de 15/10/2020, com recursos da Portaria GM/MS nº 2993/2020, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C. , nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria



ANEXO 02 - Texto do campo Evidência da constatação nº 648220

nº2993, de 29/10/2020 do Ministério da Saúde/GM, que prorroga as habilitações de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI Adulto, tipo II – COVID-19 e estabelece recurso financeiro do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde – grupo coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios;

- Termo de Colaboração nº01/2021 de 15/01/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 3245/2020, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 3245, de 02/12/2020 do Ministério da Saúde/GM, que prorroga as habilitações de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI Adulto, tipo II – COVID-19 e estabelece recurso financeiro do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde – grupo coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios;

- Termo de Colaboração nº02/2021 de 03/03/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 3481/2020, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 3481, de 17/12/2020 do Ministério da Saúde/GM, que prorroga as habilitações de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI Adulto, tipo II – COVID-19 e estabelece recurso financeiro do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde – grupo coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios;

- Termo de Colaboração nº04/2021 de 19/03/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 1666/2020, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião do novo plano de aplicação da Portaria nº 1666, de 01/06/2020 do Ministério da Saúde/GM, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – COVID-19;

- Termo de Colaboração nº 12/2021 de 05/05/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 373/2021, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 373, de 02/03/2021 do Ministério da Saúde/GM, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de unidade de terapia intensiva – UTI Adulto e Pediátrico – COVID-19, a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios (competência fevereiro e março/2021);

- Termo de Colaboração nº 13/2021 de 05/05/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 431/2021, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 431, de 11/03/2021 do Ministério da Saúde/GM, que autoriza leitos de unidade de terapia intensiva – UTI, para atendimento exclusivo de pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – grupo coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios (competência fevereiro e março/2021);

- Termo de Colaboração nº 16/2021 de 15/06/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 897/2021, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 897, de 05/05/2021 do Ministério da Saúde/GM, que autoriza leitos de unidade de terapia intensiva – UTI, para atendimento exclusivo de pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – grupo coronavírus



ANEXO 02 - Texto do campo Evidência da constatação nº 648220

(COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e municípios (competência abril/2021);

- Termo de Colaboração nº 17/2021 de 06/07/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 1059/2021, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 1059, de 24/05/2021 do Ministério da Saúde/GM, que libera em caráter excepcional, a transferência do recurso financeiro para custeio de leitos de unidade de terapia intensiva – UTI tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, competência maio/2021.

- Termo de Colaboração nº 19/2021 de 16/08/2021, com recursos da Portaria GM/MS nº 1453/2021, referente a transferência de recurso financeiro à O.S.C., nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 13.625/17. O repasse se dará por ocasião da Portaria nº 1453, de 29/06/2021 do Ministério da Saúde/GM, que libera, em caráter excepcional, a transferência do recurso financeiro para custeio de leitos de unidade de terapia intensiva – UTI tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, competência junho/2021.

- Contrato nº 023/2021 assinado em 11/02/2021 (1º e 2º Termos Aditivos, assinados em 23/11/2021 e 24/11/2021) que tem como objeto a contratação da Fundação Hospitalar São Sebastião do município de Três Corações que irá realizar procedimentos do SUS, em média e alta complexidade, nas modalidades ambulatorial e hospitalar, pertinentes aos grupos 02, 03, 04, 08 e 09 da Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos e OPM do MS/SUS, conforme grupos, subgrupos e formas de organização, nas quantidades especificadas dos procedimentos ambulatoriais e procedimentos hospitalares, a serem executados nas dependências do interessado, conforme especificado anteriormente. Os recursos federais das Portarias GM/MS nºs 2336/2021, 2730/2021, 3202/2021, 3340/2021; e recursos estaduais das Resoluções SES/MG nº 7461/2021, nº 7511/2021, nº 7546/2021 e nº 7655/2021 repassados por meio de Contrato nº 023/2021, conforme Anexo 01 deste relatório;

- Convênio nº 06/2020 de 04/09/2020, com recursos da Resolução SES/MG nº 7097/2020, referente ao repasse do recurso financeiro oriundo da Emenda Parlamentar nº 52656/2020, Resolução SES/MG nº 7097 de 08/05/2020 – valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para o incremento para atendimentos de média e alta complexidade – MAC para ações de enfrentamento dos efeitos da Pandemia COVID-19, junto à Fundação Hospitalar São Sebastião;

- Convênio nº 07/2020 de 04/09/2020, com recursos da Resolução SES/MG nº 7097/2020, referente ao repasse do recurso financeiro oriundo da Emenda Parlamentar nº 46362/2020, Resolução SES/MG nº 7097 de 08/05/2020 – valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o incremento para atendimentos de média e alta complexidade – MAC para ações de enfrentamento dos efeitos da Pandemia COVID-19, junto à Fundação Hospitalar São Sebastião;

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo 2 do Anexo XXIV - art. 14, Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V, Portaria GM/MS nº 1.393/2020, art. 1º, 2º, 3º, 4º §1º, Portaria GM/MS nº 1.448/2020, art. 1º § 1º e 2º, anexo, Portaria GM/MS nº 1.516/2020, art. 1º, parágrafo único, anexo, Portaria GM/MS nº 1.666/2020 art. 1º e 3º, Portaria GM/MS nº 2.420/2020, Art. 1º e 2º, Portaria GM/MS nº 2.993/2020, art. 1º e 2º,



ANEXO 02 - Texto do campo Evidência da constatação nº 648220

Portaria GM/MS Nº 3.245/2020, art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 3.481/2020, art. 1º e 2º, Portaria GM/MS Nº 431/2021, art. 1º, 2º e 3º, Portaria GM/MS Nº 373/2021, art. 1º, 3º e 10º, Portaria GM/MS nº897/2021, art. 1º, Portaria GM/MS nº 1059/2021 art. 1º, Portaria GM/MS Nº 2.336/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 2.730/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.202/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.340/2021, art. 1º e 4º - Parágrafo Único, Portaria GM/MS Nº 3.374/2021, art. 1º e 4º Parágrafo Único, RES. SES/MG nº7097/2020, art. 1º, 2º e 4º, RES. SES/MG nº 7511/2021, art. 1º e 3º 2º, RES. SES/MG Nº 7546/2021, art. 1º, 2º § 4º e RES. SES/MG Nº 7655/2021, art.1º, 2º §3º.

